

BROTAS CONCENTRA MAIOR NÚMERO DE GANHADORES DA NOTA PREMIADA BAHIA NA CAPITAL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Região mais populosa de Salvador, Brotas também ocupa o primeiro lugar na lista de bairros com maior número de ganhadores na **Nota Premiada Bahia**. Desde o início, em 2018, 51 moradores de Brotas já foram contemplados na campanha de cidadania fiscal que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes de toda a Bahia. Em segundo lugar no ranking de bairros da capital com mais participantes premiados está a Pituba, com 43 ganhadores. Na terceira posição, com 27 ganhadores cada, Cabula e Cajazeiras aparecem empatados. A quarta posição é ocupada pelo Imbuí, com 26 premiados, e a quinta por Pernambués, com 21 contemplados.

Na sexta posição está a Federação, com 19 ganhadores. Em seguida, aparecem São Marcos, com 17, e Itapuã, com 16. Empatados na nona posição, com 15 contemplados cada, estão Boca do Rio e Caminho das Árvores. O top dez se encerra com quatro bairros

empatados na décima posição, cada qual com 14 ganhadores: Piatã, Rio Vermelho, São Cristóvão e Stella Maris.

Como participar

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. É muito simples concorrer aos prêmios da **Nota Premiada Bahia** e ajudar as instituições filantrópicas do **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. Basta se cadastrar uma única vez no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal sempre que for às compras, frequentar restaurantes, fazer pedidos de delivery ou abastecer em estabelecimentos baianos.

Todos os meses, a campanha sorteia um prêmio de R\$ 100 mil e 90 prêmios de R\$ 10 mil. Além disso, também ocorre o sorteio do prêmio especial, que contempla um único participante com R\$ 1 milhão. O próximo sorteio especial será realizado em 30 de junho, e vai considerar os bilhetes de compras realizadas entre março de 2019 e maio deste ano.

Solidariedade

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda

compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Foto: divulgação

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Brotas concentra maior número de ganhadores da Nota Premiada Bahia na capital



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Região mais populosa de Salvador, Brotas também ocupa o primeiro lugar na lista de bairros com maior número de ganhadores na **Nota Premiada Bahia**. Desde o início, em 2018, 51 moradores de Brotas já foram contemplados na campanha de cidadania fiscal que mensalmente distribui R\$ 1 milhão em prêmios entre 91 participantes de toda a Bahia.

Em segundo lugar no ranking de bairros da capital com mais participantes premiados está a Pituba, com 43 ganhadores. Na terceira posição, com 27 ganhadores cada, Cabula e Cajazeiras aparecem empatados. A quarta posição é ocupada pelo Imbuí, com 26 premiados, e a quinta por Pernambués, com 21 contemplados.

Na sexta posição está a Federação, com 19 ganhadores. Em seguida, aparecem São Marcos, com

17, e Itapuã, com 16. Empatados na nona posição, com 15 contemplados cada, estão Boca do Rio e Caminho das Árvores. O top dez se encerra com quatro bairros empatados na décima posição, cada qual com 14 ganhadores: Piatã, Rio Vermelho, São Cristóvão e Stella Maris.

Como participar **Solidariedade**

O participante da **Nota Premiada Bahia**, além de concorrer aos sorteios de prêmios em dinheiro, ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 533. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Editorial

Um trem para o futuro

O leilão do primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), concluído ontem, representa o maior passo para encerrar a longa novela que se arrasta há aproximadamente dez anos e que, até então, transcorria sem qualquer expectativa concreta de fim. Ao mesmo tempo, significa um marco histórico para impulsionar a economia baiana no futuro bem próximo, tornando mais fácil a entrada do estado na rota do desenvolvimento acelerado. Sobretudo, pela chance real de reduzir a alta dependência do transporte rodoviário de carga, considerado um dos grandes entraves para o setor produtivo local.

A necessidade de incrementar um modelo de transporte que tivesse, simultaneamente, maior capacidade, eficiência e precisão, é demanda antiga encampada por segmentos de peso no PIB da Bahia, da cadeia do agronegócio aos diversos ramos da indústria. A péssima qua-

lidade das rodovias e o baixo volume de carga dos caminhões elevam os custos de modo exponencial. Por efeito direto, diminuem a competitividade em relação a estados concorrentes e afugentam possíveis investimentos em áreas com potencialidades. Entre as quais, a mineração ocupa lugar de destaque.

Grandes companhias que exploram a riqueza abrigada no subsolo baiano enfrentam enormes dificuldades para escoar a produção. É o caso da Bamin, cuja performance es-

O leilão da Fiol representa um marco importante para girar de vez a roda da economia baiana

tá limitada pela falta de alternativas no cardápio de transporte. Ao arrematar o primeiro trecho da Fiol, a empresa ganha um instrumento fundamental para levar, com eficácia bastante superior à atual, o minério de ferro extraído em Caetité ao mercado

internacional.

O salto de desempenho da Bamin a partir de 2025, quando está previsto o início da operação da Fiol, não beneficiará apenas ela ou a macroeconomia baiana. Todas as cidades cruzadas pela ferrovia serão afetadas positivamente ao longo das décadas seguintes. Para tornar mais claro, a estimativa é gerar algo em torno de 55 mil empregos diretos e indiretos durante os 35 anos de concessão. Sem falar no efeito subsequente sobre o comércio, se-

tor de serviços e fabricantes de insumos necessários ao transporte ferroviário.

A futura criação de um porto para exportar a carga no litoral de Ilhéus pode se transformar em uma chance para recuperar a economia do Sul da Bahia, atropelada pela decadência do cacau. Os investimentos obrigatórios na concessão também serão determinantes para a conclusão do segundo trecho da Fiol, entre Caetité e Barreiras, garantindo um trampolim de enorme elasticidade para alavancar ainda mais o polo do agronegócio.

A prosperidade, entretanto, só valerá a pena com a devida atenção ao meio ambiente. Cabe aos órgãos do Poder Público, em articulação com a sociedade civil organizada, estabelecer mecanismo para impedir agressões ambientais, por meio de fiscalização rigorosa e regras efetivas. Assim, a Bahia seguirá em trilhos promissores.

OPINIÕES E CONCEITOS EXPRESSOS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS AUTORES

Donaldson GomesEDITOR
@donaldsongomes

Em tempos de pandemia, a tradicional batida do martelo no leilão é individual. Antes e depois de cada um fazer o tradicional gesto, a ferramenta de madeira que representa a definição de um vencedor é higienizada com álcool. O natural sorriso de satisfação pelo resultado positivo é ocultado pelas máscaras. Mas sem dúvidas, Eduardo Ledsham, presidente da Bamin estava feliz quando bateu o martelo e concretizou a aquisição da Fiol 1, que vai de Caetité até Ilhéus.

Num único lance, a Bamin arrematou o trecho de 537 quilômetros da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) pela outorga mínima de R\$ 32,73 milhões e deu um passo decisivo para a implantação de um dos maiores complexos de infraestrutura da história da Bahia. Além de ter conquistado o direito de concluir e administrar a primeira parte da ferrovia, a mineradora está construindo, junto com o governo da Bahia, o Porto Sul - que vai escoar a produção movimentada pela Fiol e receber produtos do mercado externo.

Com a vitória, a Bamin será responsável pela conclusão das obras - hoje 80% prontas - e operação do trecho. A concessão é de 35 anos, totalizando R\$ 3,3 bilhões de investimentos. Desse total, R\$ 1,6 bilhão será utilizado para a finalização do trecho. A expectativa é que o trecho leiloado e o Porto Sul entrem em operação juntos, em 2025. A concessão vai permitir a criação de 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo da concessão.

Inicialmente, este complexo logístico vai movimentar 18 milhões de toneladas de carga, mas em 10 anos, deve mais que dobrar, superando os 50 milhões de toneladas.

Foram necessários apenas 10 minutos para encerrar uma novela que se arrasta a quase duas décadas, relacionada a um sonho de integração entre o litoral e o Centro-Oeste brasileiro que remonta ao período da criação de Brasília. O leilão foi iniciado na B3, em São Paulo às 14h36 e pouco depois estava lá Eduardo Ledsham, o ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas e outras autoridades já batendo o martelo.

DIA HISTÓRICO

O presidente da Bamin destacou a importância da obra para a Bahia. "Sem dúvidas estamos fazendo história. Estamos encurtando a distância entre presente e futuro no desenvolvimento da Bahia e o desenvolvimento do país", destacou. Segundo Ledsham, a mineradora deve bancar o investimento necessário para a obra com recursos próprios.



FOTOFREIROS DIVULGAÇÃO

NOVE ANOS EM 10 MINUTOS

Os 537 km da primeira etapa da Fiol, entre Caetité e Ilhéus serão concluídos pela Bamin

Fiol vai andar Parada desde 2012, ferrovia é adquirida pela Bamin com lance único em leilão

Para ele, o trecho consolida três fatores fundamentais para o desenvolvimento do Brasil: mineração, agropecuária e logística. "Os 20 municípios entre Caetité e Ilhéus podem ter a certeza de que vamos trabalhar duro para garantir a prosperidade e o sucesso", garantiu.

Quando tiver os seus três trechos concluídos, a ferrovia fará valer o "I" de integração em sua sigla e vai conectar o litoral baiano não apenas à região mineradora do Sudoeste estadual, mas também à produção de grãos no Oeste da Bahia e dos estados do Centro-Oeste, a partir de uma conexão com a Ferrovia de Integração Norte-Sul e com a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). Mas a concessão do primeiro trecho já vai transformar a logística da Bahia e ampliar a participação ferroviária na matriz de transportes do Brasil.

O ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas informou que vai requalificar a rodovia que liga Cocos a Carinhanha, facilitando o acesso rodoviário das cargas do Oeste ao porto seco que será instalado em Caetité.

Freitas destacou os investimentos que estão sendo feitos no setor ferroviário e garantiu



DIVULGAÇÃO

Mineradora já iniciou a produção de minério de ferro no município baiano de Caetité



DIVULGAÇÃO

Previsão é do início das obras marítimas no Porto Sul, em Ilhéus, no mês de julho

3,3
bilhões de reais serão investidos para a conclusão e a operação



“Estamos encurtando a distância entre presente e futuro no desenvolvimento da Bahia e do país”
Eduardo Ledsham

Presidente da Bamin, sobre o efeito socioeconômico do leilão da Fiol



“(Concessão do trecho 1 da Fiol) Vai permitir a conclusão de uma obra inacabada há mais de 10 anos”
Tarcísio Freitas

Ministro da Infraestrutura, falando a respeito da importância do leilão



“A Fiol será uma locomotiva de desenvolvimento da Bahia e agora vai rodar, carregando minério e soja”
João Leão

Vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia



“A Bahia venceu e muita gente não tem ideia do que representa a Fiol para o desenvolvimento”
Antonio Tramm

Presidente da CBPM, ressaltando ainda a importância da obra para a mineração



“Ilhéus e aquela região merece este investimento e com certeza será bastante impactada por essa operação”
Matheus Oliva

Diretor comercial da Intermaritima, sobre o impacto do projeto na região Sul da Bahia



Porto Sul está com 18,45% de obras concluídas

A implantação do Porto Sul em Ilhéus ganhou um caráter definitivo ontem com o leilão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Final da linha ou início do caminho para as cargas que forem movimentadas pela ferrovia, o terminal logístico já tem suas obras de implantação 18,45% concluídas, de acordo com o governo da Bahia, sócio da Bamin no empreendimento.

As obras foram iniciadas em novembro de 2020 e empregam atualmente 280 pessoas diretamente e outras 400 indiretamente. O número deve chegar a 1,2 mil indiretos no pico da operação. Em julho está previsto o início da obra de construção da parte marítima.

Para o secretário de infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, a Fiol e o Porto Sul vão proporcionar uma mudança não só para o desenvolvimento econômico do estado, mas também na infraestrutura rodoviária da Bahia. “A construção dos empreendimentos provocará alterações importantes de rodovias já existentes e a necessidade de implantação de outras”, analisa.

O coordenador executivo de infraestrutura da Casa Civil do governo do estado, José Carlos Valle, lembra que a Fiol já nasce com uma garantia de demanda de 30% de sua capacidade e projeta um aumento neste número com o passar do tempo. Valle acredita que dentro de três meses, prazo para a assinatura de contrato, entre 1,5 mil e 2 mil pessoas deverão estar trabalhando nas obras de conclusão do trecho 1 da ferrovia.

que o governo federal já articula alternativas para viabilizar as licitações dos trechos II (entre Caetitê e Barreiras) e III (entre Barreiras e Figueirópolis, em Tocantins). “A gente está diante do projeto mais transformador do estado da Bahia. Estamos celebrando mais de R\$ 3 bilhões de investimento. Vai permitir a conclusão de uma obra inacabada há mais de 10 anos. E essa concessão equaciona também a construção do Porto Sul. A gente vai ter um sistema integrado”, destacou.

“Falar em Fiol significa diminuir em três vezes a emissão de CO2 do transporte rodoviário, redução de acidentes”, acrescentou o ministro.

DESENVOLVIMENTO

No primeiro trecho, a ferrovia vai passar por 20 municípios baianos, transportando cargas como minério de ferro, alimentos processados, cimento, combustíveis, soja em grão, farelo de soja, manufaturados, petroquímicos e outros minerais. Quando estiver completa, a Fiol passará por 43 municípios e será um corredor de escoamento com 1.527 quilômetros de trilhos. No início das operações, 16 locomotivas e 1,4 mil vagões estarão em operação,

dos quais, pelo menos, 1,1 mil serão destinados ao escoamento de minério de ferro. Em 10 anos, a expectativa é chegar a 34 locomotivas e 2.600 vagões.

Quando estiver em operação, o trecho arrematado ontem vai adicionar à economia baiana entre R\$ 500 e R\$ 600 milhões em novos recursos, pela produção mineral.

O vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), João Leão, destacou a união de esforços a favor do projeto. “Mais um dia de vitória. A Fiol será uma locomotiva de desenvolvimento da Bahia e agora vai rodar, carregando minério, soja, melhorando as condições de Ilhéus à Caetitê - que vai se transformar em uma grande cidade em função da mineração -, além de Barreiras, um dos principais polos do agronegócio no estado”, destaca.

O presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, considera a realização do leilão da Fiol como uma vitória para a Bahia. “A Bahia venceu e muita gente não tem ideia do que representa a Fiol para o desenvolvimento do nosso estado. Nós iremos nos tornar o terceiro

estado do país em produção mineral”, acredita. Segundo o presidente da CBPM, isso vai representar entre R\$ 500 a R\$ 600 milhões por ano em dinheiro novo para a Bahia. A Fiol é o desenvolvimento cruzando o estado saindo do extremo oeste até o litoral de Ilhéus”, ressaltou.

Tramm acredita que no futuro próximo haverá necessidade de pensar na ampliação da ferrovia. “Se considerarmos as jazidas minerais já localizadas e identificadas na região de Caetitê, além de todo o trabalho de prospecção que a companhia (CBPM) está fazendo nos 100 km no entorno dos trilhos, mais o transporte da produção do agronegócio que virá de Barreiras, vamos ver que rapidamente haverá necessidade de ampliar a sua capacidade de transporte”, avalia.

Ricardo Kawabe, gerente de estudos técnicos da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fiepb), acredita que o projeto integral da Fiol terá um grande impacto na economia brasileira. “Este primeiro trecho já terá um impacto significativo. A ligação entre Caetitê e Ilhéus já possui uma viabilidade econômica muito grande, com cargas disponíveis”, diz.

55
mil empregos serão gerados graças à operação da Fiol

50
milhões de toneladas de minério de ferro serão movimentados por ano

ECONOMIA

CRISE AGRAVADA A economia baiana já começa a sentir os efeitos do fechamento da fábrica da Ford no Polo Industrial de Camaçari. Com o fim das atividades da montadora e o agravamento da pandemia de covid-19, a produção industrial do estado amargou, em fevereiro, uma queda de 20,9% em relação a igual mês do ano passado. Foi o pior resultado do país e, também, o pior fevereiro para o setor desde 2015, de acordo com pesquisa divulgada, ontem, pelo IBGE. Na comparação com o mês imediatamente anterior (janeiro), a indústria sofreu um recuo de 5,8%.

Com o resultado de fevereiro, a indústria da Bahia acumula uma retração de 18% no ano - a maior do país. O desempenho nacional está positivo nesse indicador (1,3%). Nos 12 meses encerrados em fevereiro, a indústria local teve queda de 9,4%, mostrando o segundo pior resultado dentre os locais pesquisados, acima só do Espírito Santo (-14,1%).

O levantamento do IBGE mostra que, em fevereiro deste ano em relação a fevereiro de 2020, houve retrações em 7 das 11 atividades da indústria de transformação, com destaques para a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (queda de 97,1%) e a

Sem fábrica da Ford, indústria baiana desaba 20,9%

fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-23,2%).

Em sentido contrário, houve alta na fabricação de outros produtos químicos (12,2%) e de celulose, papel e produtos de papel (5,1%). A maior taxa positiva ficou, novamente, com a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (23,4%), porém a atividade possui peso menor na indústria baiana.

Para Ricardo Kawabe, gerente de estudos técnicos da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), o resultado do setor já era esperado. "A Ford era a quinta maior empresa da Bahia em termos de PIB industrial e ela não reduziu a sua produção, simplesmente parou. Nos números, é como se ela tivesse sumido de uma hora para a outra e isso afeta o cálculo do agregado industrial. O setor automobilístico foi excluído da matriz", diz o especialista, que aposta em um ano de resultados negativos na indústria baiana por

esse motivo. "Sem contar nos milhares de empregos diretos e indiretos que desapareceram. São pessoas que deixaram de ter renda garantida, carteira assinada e plano de saúde. Isso traduz em menos consumo e impacto nas cidades, principalmente Camaçari. Reduz a demanda por serviços mais qualificados e a quantidade de impostos pagos para o governo", explica.

Ricardo Kawabe defende que haja uma melhora no ambiente de negócios do país, para diminuir o chamado Custo Brasil, termo usado para se referir às dificuldades que atrapalham o crescimento da produção industrial brasileira. "A Fieb e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) batem na tecla de que é preciso criar estratégias para não dificultar a vida do empreendedor".

Em nota, a Fieb afirmou que, no acumulado de 2021, a indústria de transformação baiana registra os piores resultados de produção física do país devido ao encerra-

5,8%

foi o recuo da indústria baiana registrado em fevereiro, em comparação a janeiro deste ano, segundo dados do IBGE divulgados ontem;

18%

é o acumulado da retração da indústria baiana no ano, a maior do país no mesmo período, ainda segundo a análise do IBGE;

9.4%

foi a queda registrada na indústria do estado nos 12 meses encerrados em fevereiro deste ano;

7

das 11 atividades da indústria de transformação sofreram retração, diz a análise do IBGE, quando se compara fevereiro de 2021 e fevereiro de 2020;

97,1%

foi o recuo apenas na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias na Bahia

mento da produção de veículos. "Isso pode comprometer os resultados do agregado por todo o ano. Adicionalmente, o país tem registrado números ainda mais preocupantes referentes à pandemia de covid-19, provocando restrições nas atividades do setor de comércio e serviços, bem como na movimentação das pessoas, o que obviamente gera efeito negativo à produção industrial", alerta entidade.

A Ford não quis se manifestar sobre o assunto. A Superintendência De Estudos Econômicos e Sociais (SEI) e o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari também foram questionados sobre o tema, mas não responderam até o fechamento da edição, às 23h de ontem.

Pegando todo mundo de surpresa, há quase três meses, em 11 de janeiro, a Ford anunciou o fechamento das fábricas do Brasil, incluindo a de Camaçari. Na ocasião, a empresa afirmou que trabalharia em colaboração com os sindicatos para "minimizar os impactos do encerramento da produção". Com a decisão, os veículos comercializados no país passaram a ser importados, em sua maioria vindo da Argentina e Uruguai, além de regiões fora da América do Sul.

DANIEL ALOISIO*, ORIENTADO PELA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

24h

ECONOMIA

Salvador tem a cesta básica mais barata do país em março

GASTOS NO MERCADO Em março deste ano, o custo da cesta básica teve queda em 12 das 17 capitais brasileiras que são analisadas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As maiores reduções foram observadas em Salvador (-3,74%), Belo Horizonte (-3,11%), Rio de Janeiro (-2,74%) e São Paulo (-2,11%). A capital baiana, inclusive, foi a que teve a cesta mais barata em março, com custo médio estimado em R\$ 461,28.

No mês passado, a capital que teve a cesta básica mais cara do país foi Florianópolis. Nessa cidade, o custo

3,74%

foi a queda registrada na cesta básica em Salvador no mês de março, segundo levantamento feito pelo Dieese e divulgado ontem com 17 capitais brasileiras;

R\$ 461,28

é o custo médio com os itens que compõem a cesta básica em Salvador;

R\$ 632,75

é o custo em Florianópolis, a capital onde foi registrada a maior alta nos itens que compõem a cesta básica



Florianópolis (SC) teve a cesta mais cara do país em março

médio dos produtos que compõem a cesta básica foi estimado em R\$ 632,75 pelo Dieese. Em outras capitais também houve registro de alta: Aracaju (5,13%), Natal (2,83%), Curitiba (0,77%), Belém (0,55%) e Campo Grande (0,26%).

Com base no preço da cesta básica de Florianópolis, a mais cara observada

pela pesquisa, o Dieese estimou que o salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, seria de R\$ 5.315,74, o que corresponde a 4,83 vezes o valor atual de R\$ 1.100,00.

Safra de grãos será recorde com 273,8 milhões de toneladas, diz Conab

AGRONEGÓCIO A produção de grãos no Brasil deve chegar a 273,8 milhões de toneladas na safra 2020/21, de forma a bater, novamente, o recorde com um crescimento de 6,5% em relação à safra anterior, percentual que corresponde a um aumento de 16,8 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados ontem, em Brasília, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao anunciar o 7º Levantamento de Grãos Safra.

Também ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que a produção agrícola brasileira deve bater um novo recorde em 2021, atingindo um total de 264,9 milhões de toneladas. O número é 10,7 milhões de toneladas a mais do que no ano anterior, um aumento de 4,2%.

Segundo a Conab, o destaque deve-se, sobretudo, à “consolidação do plantio das culturas de segunda safra e início de semeadura das culturas de inverno, com sustentação no aumento geral de 68,5 milhões de hectares e boa performance da soja e do milho”.

O número apresenta um aumento de 1,5



No Paraná, plantio de grãos em área de 6 milhões de hectares rendeu 24 milhões de toneladas

milhão de toneladas na comparação com a previsão anterior – aumento sustentado principalmente pelo crescimento de 1,1% na área plantada de milho 2ª safra.

O IBGE acrescentou que o

crescimento agrícola do ano é puxado, principalmente, pelo trigo, uva e soja, que também deve atingir uma quantidade inédita em 2020. Outros cultivos, como cevada, também dispararam.

FGV: INDICADOR DE EMPREGO TEM A MAIOR QUEDA EM SETE MESES

SEM VAGAS O agravamento da situação da pandemia no Brasil prejudicou as perspectivas para o mercado de trabalho brasileiro e levou o Indicador Antecedente de Emprego em março ao menor nível em sete meses. Os dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que o IAEmp, que antecipa os rumos do mercado de trabalho no Brasil, teve queda de 5,8 pontos em março e chegou a 77,1 pontos, mínima desde agosto de 2020 (74,8 pontos). “Essa tendência de piora dos indicadores do mercado de trabalho em 2021 é justificada pelo agravamento do quadro da pandemia e as consequentes medidas restritivas”, explicou o economista da FGV Ibre Rodolpho Tobler, em nota. “O retorno para um caminho de recuperação ainda depende da velocidade do programa de vacinação e da melhora da atividade econômica”, completou. Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) recuou 0,2 ponto, para 99,1 pontos.

No trimestre até janeiro, a taxa de desemprego do Brasil ficou em 14,2%. De agosto a outubro de 2020, o índice foi de 14,3%, segundo o IBGE

27MI

de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, atualmente, segundo pesquisa divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com a pandemia de covid-19, houve um aumento de 12,8% nessa população em relação a 2020. Esse contingente de brasileiros tenta sobreviver com uma renda média de R\$ 256 por mês, ainda de acordo com a FGV. Falta de políticas públicas e o desemprego na pandemia agravaram a situação, diz a entidade.

AUTÔNOMOS SÃO OS MAIS PREJUDICADOS NA PANDEMIA

CRISE A crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus prejudicou mais os trabalhadores por conta própria, revela pesquisa divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o levantamento, essa categoria teve a maior queda no rendimento em 2020. O pior momento para os trabalhadores autônomos ocorreu no segundo trimestre de 2020, quando a categoria recebeu 24% a menos do que a renda habitual. No quarto trimestre do ano passado, o indicador recuperou-se levemente, mas continuou abaixo dos níveis anteriores à pandemia, com recuo de 10%. Os trabalhadores privados e sem carteira receberam 13% a menos do que a renda habitual no segundo trimestre e 4% a menos no último trimestre do ano passado. Os trabalhadores privados com carteira assinada não tiveram perda no segundo e no terceiro trimestres de 2020 e encerraram o último trimestre do ano passado ganhando 5% acima da renda habitual. No serviço público, eles receberam 1% a mais.

GOVERNO A sinalização dada pelo presidente Jair Bolsonaro a empresários em jantar, em São Paulo, de que faria vetos ao Orçamento de 2021 acabou elevando a temperatura política em Brasília diante da ameaça do comando do Congresso de acabar com o alinhamento com o governo. Uma forte mobilização no Congresso contra o veto cresceu ontem com a notícia de bastidores de que Bolsonaro barraria parcialmente o texto. Um aliado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que, se tiver veto, será cada "um por si".

Nos bastidores, senadores e deputados se uniram num movimento pelo "não ao veto". Eles estavam divididos depois que o relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC), incluiu mais emendas para os senadores.

Bolsonaro está sendo pressionado a resolver logo o impasse do Orçamento e auxiliares afirmam que ele não vai esperar pelo prazo final para sancionar a lei, que é até dia 22. A expectativa é que o presidente bata o martelo hoje, depois de uma série de reuniões que teve ontem, entre as quais, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, alvo dos ataques mais ferozes disparados pelas lideranças políticas.

A pressão chegou também ao TCU, que analisa processo



Guedes voltou a admitir problemas com a aprovação do Orçamento

Lideranças se unem contra veto ao Orçamento

apresentado por um grupo de parlamentares para investigar as irregularidades no Orçamento, aprovado com projeções de despesas subestimadas e corte de despesas obrigatórias para acomodar aumento de emendas parlamentares que chegou a R\$ 29 bilhões.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), não quer que o tribunal entre no jogo antes da decisão política. Lira tentou sensibilizar os ministros para não decidirem nada agora. Relatório preliminar já apresentado foi inconclusivo e

determinou pedidos de informações adicionais ao Ministérios da Economia e da Casa Civil, o que vai levar mais tempo para a conclusão do tribunal sobre a maquiagem apontada no Orçamento por especialistas.

Lira e outras lideranças consideram que Guedes quer usar o TCU na briga com o presidente pelo veto parcial do Orçamento das emendas do relator. A leitura política é a de que Guedes quer fazer o corte das emendas e ajustar ao longo do ano conforme o Congresso for "entregando" as propostas prioritárias.

24h

BRASIL

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

ATÉ A FIOLE FICAR PRONTA

Enquanto a dupla Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e o Porto Sul não está operacional, a Bamin vai se virando com a infraestrutura existente para manter sua mina em Caetitê ativa. A empresa pretende dobrar a movimentação de minério ferro no ano que vem, passando de uma operação anual de 1 milhão de toneladas para 2 milhões de toneladas. O presidente da empresa, Eduardo Ledsham, diz que a mineradora pretende movimentar parte da carga pela FCA, operada pela VLI, e exportar o produto direcionado ao mercado externo pela Enseada.

CCS hitech

Para atender às tendências mundiais do mercado de eventos, o Centro de Convenções Salvador está trazendo o Studio Live Solutions, estúdios com infraestrutura de cenários e tecnologia embarcada para streaming e todo tipo de conteúdo: transmissões de lives, shows e programas de TV, além de gravações diversas, como aulas à distância, games e cultos.

“ No próximo ano, tendência de expandir para 2 milhões e escoar por ferrovia e exportar pelos portos da Bahia

Eduardo Ledsham

Presidente da Bamin

Novos recordes

A Larco bateu recordes de vendas em janeiro deste ano e assumiu o primeiro lugar entre as distribuidoras regionais no volume de vendas de litros, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A empresa alcançou o 6º lugar no Brasil em relação à venda de Diesel, 7ª posição em gasolina e 5ª colocação em etanol hidratado.

1º

lugar entre os distribuidores regionais foi a posição alcançada pela Larco

NO HORIZONTE

- **Ano bom...** A Empresa JR. ADM UFBA encerrou 2020 com recorde ao alcançar o faturamento de R\$ 500 mil. E este ano, entre janeiro e março, a receita da instituição já passa dos R\$ 200 mil. Em tempos difíceis para quem empreende, recorrer aos estudantes para turbinar os negócios nas áreas de finanças, marketing e gestão organizacional parece uma boa alternativa para mais de 40 empresas da capital baiana
- **Treinamento** A ITS Brasil está investindo R\$ 1 milhão no primeiro centro de treinamento de telecomunicações da Bahia. Interessados podem entrar em contato através do vagas@its-brasil.net.
- **Reabertura.** O Oliva Gourmet do Shopping Bela Vista reabre na próxima terça-feira (13). A retomada acontece com o quadro de funcionários 40% menor e 20% menos mesas.
- **Certificação.** O Social Bank recebeu a certificação de Empresa B (B Corporation), uma das chancelas mais importantes quando o assunto é responsabilidade social. É a primeira empresa do setor bancário brasileiro reconhecida com o selo.
- **Certificação II.** A Polo Salvador renovou a certificação “GBC Zero Energy”, concedida pela Green Building Council Brasil (GBC) para fomentar a indústria de construção sustentável.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Tribuna

Raio Laser

Atuação

O governador Rui Costa (PT) comemorou ontem o leilão da subconcessão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) que se estende por 537 quilômetros entre as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia, realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O Governo da Bahia atuou ativamente para retomar a obra, de responsabilidade da União, por entender a importância do equipamento para o desenvolvimento econômico do estado, afirmou o petista. Em decorrência desse movimento, foi possível haver o leilão do trecho da Ferrovia EF-334/BA, que aconteceu na tarde de ontem, na B3, em São Paulo, por meio virtual. O arremate foi feito pela Bahia Mineração (Bamin), no valor de R\$32,730 milhões.



Rui Costa

Emergência

A prefeitura de Guaratinga, no sul da Bahia, decretou situação de emergência na cidade por causa dos estragos causados pelas fortes chuvas que caíram em 31 de março e 1º de abril. O decreto foi publicado no Diário Oficial do Município. De acordo com a prefeitura, o decreto de situação de emergência visa dar agilidade para as ações no enfrentamento do problema, "considerando os danos materiais em residências, vias públicas, pontes e equipamentos públicos diversos".

Retomada

A Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Relações Internacionais da Câmara de Salvador se reuniu para avaliar o trabalho de mediação da retomada das atividades econômicas na capital baiana. "Recebemos um pedido do presidente da Câmara para intensificar ainda mais a atuação junto à Prefeitura de Salvador, mediando o retorno das atividades econômicas. Como presidente da comissão, ouvi os vereadores, que são representantes dos setores afetados diretamente. E a partir daí, buscamos entendimento junto à Prefeitura", disse o presidente do colegiado, vereador Ricardo Almeida (PSC).

VLT do Subúrbio

A primeira composição do VLT do Subúrbio de Salvador foi finalizada na fábrica da BYD, na China, e oficialmente apresentada ao governador Rui Costa (PT), por meio de uma transmissão online ontem. O VLT do Subúrbio é fruto de uma parceria público-privada entre o Governo da Bahia e a Skyrail Bahia, empresa responsável pela implantação e operação do transporte. "Nos enche de orgulho. Após colocar a Bahia como a segunda maior extensão de metrô do Brasil, agora dá um passo largo para modernização do seu transporte, com o seu veículo moderno, que vai substituir um trem da década de 40, década de 50 e que já não reunia mais condições operacionais, muito menos nas condições de conforto e atualização tecnológica, velocidade, rapidez, que esse veículo proporciona", disse Rui Costa.

Desenvolvimento

O deputado federal José Rocha (PL) disse que a Bahia vai iniciar um novo ciclo de desenvolvimento com o leilão da FIOL, trecho entre Caetité e Ilhéus, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), ontem. O leilão foi vencido pela Bahia Mineração (Bamin), que apresentou lance de R\$ 32,7 milhões pela outorga e se comprometeu a investir R\$ 3,3 bilhões ao longo de 35 anos. Desse total, cerca de 1,6 bilhão deve ser empregado na conclusão do trecho de 537 km, cujas obras já superaram 80% do total.

Vacinação

Uma nova remessa com 281.400 doses da vacina contra a Covid-19 chegou ao aeroporto de Salvador, na manhã de ontem. De acordo com a Secretaria da Saúde (Sesab), 152 mil doses são da AstraZeneca/Oxford, e outras 129.400 Coronavac. Os imunizantes foram conferidos na sede do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar para serem distribuídos entre as cidades baianas em aeronaves da PM e da Casa Militar do Governador (CMG).

Tribuna

Bahia Mineração leva ferrovia por R\$ 32,7 milhões em leilão sem ágio

REDAÇÃO

Ontem, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) leiloou a subconcessão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) que se estende por 537 quilômetros entre as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia. O Governo da Bahia atuou ativamente para retomar a obra, de responsabilidade da União, por entender a importância do equipamento para o desenvolvimento econômico do estado.

Em decorrência desse movimento, foi possível haver o leilão do trecho da Ferrovia EF-334/BA, que aconteceu na tarde de ontem, na B3, em São Paulo, por meio online. O arremate foi feito pela Bahia Mineração (Bamin), no valor de R\$32,730 milhões.

O trecho 1 já tem mais de 80% concluído, com previsão de conclusão em 24 meses. Com o trecho 2, que chegará até Barreiras, a ferrovia funcionará como um corredor de escoamento de minérios do sudoeste baiano e da produção agrícola que vem do oeste, levando toda



A AGÊNCIA Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) leiloou a subconcessão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste

esta carga para o Porto Sul, uma das principais obras estruturantes realizadas pelo Governo da Bahia.

Com a construção da Ponte Salvador-Itaparica, outra grande obra estruturante do estado, o acesso entre a capital e o porto terá ainda redução de 100km no trajeto.

"Mais um dia de vitória. A Fiol será uma locomotiva de desenvolvimento da Bahia e agora vai rodar, car-

regando minério, soja, melhorando as condições de Ilhéus à Caetité - que vai se transformar em uma grande cidade em função da mineração -, além de Barreiras, um dos principais polos do agronegócio no estado. Essa ferrovia trará ainda mais progresso", afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com o presidente da Companhia Baiana

de Produção Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, a mineração, através da Bahia Mineração (Bamin), vai garantir a carga inicial da Fiol. "Se considerarmos as jazidas minerais já localizadas e identificadas na região de Caetité, além de todo o trabalho de prospecção que a companhia está fazendo nos 100 km no entorno dos trilhos, mais o transporte da produção do agronegócio que virá de Barreiras, vamos ver que rapidamente haverá necessidade de ampliar a sua capacidade de transporte. Além de transportar riquezas, os trilhos da ferrovia vão facilitar a implantação de internet via fibra óptica nos 30 municípios que ela cruza, levando desenvolvimento e progresso ao interior do nosso estado", avalia.

Além da atração de empreendimentos e prospecção mineral para ampliar viabilidade da ferrovia, nos últimos anos, a Bahia atuou ainda para que o Tribunal de Contas da União (TCU) se posicionasse acerca da licitação para conclusão das obras do primeiro trecho, que estavam aguardando autorização do órgão para ser licitadas.

Tribuna

Venda da Braskem pode render R\$ 13,2 bilhões

REUTERS

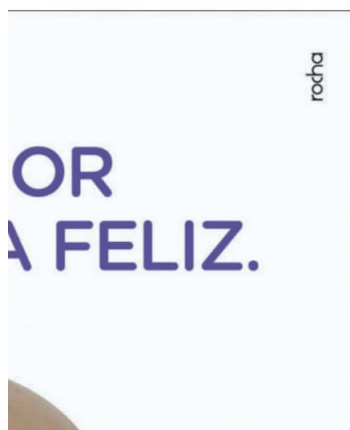
A grupo brasileiro de engenharia Novonor, antes conhecido como Odebrecht, disse ontem que retomou contatos com possíveis interessados para vender o controle da petroquímica Braskem. A venda poderá render R\$ 13,2 bilhões.

Os recursos da operação serão usados para pa-

gar credores do conglomerado, principalmente os maiores bancos, conforme estabelecido em acordos com credores no âmbito do processo de recuperação judicial.

A Novonor interrompeu as discussões com a Lyondell Basell Industries NV sobre a venda da sua participação na Braskem há dois anos, quando a petroquímica foi criticada por problemas ambientais relacionados às suas atividades de mineração na cidade de Maceió, em Alagoas.

A Braskem também esteve envolvida em discussões sobre seu acordo de leniência em razão de corrupção e atrasou a publicação de seu formulário 20-F à Securities and Exchange Commission (SEC, órgão que regula o mercado de capitais nos EUA). As ações foram suspensas nos EUA brevemente devido ao atraso.



Tribuna

Emergencial para patrão

Representantes de entidades patronais pedem urgência ao Governo federal na solução para crédito imediato e facilitado nos bancos oficiais, e apoio do Ministério da Economia e Banco Central junto a bancos privados. As instituições começaram a bloquear crédito com os *reports* de alto risco de calotes nos empréstimos, diante do cenário pandemia-economia. O empresário Reynaldo Lima Jr, do Sescon-SP, do setor de comércio e serviços, cita que o Brasil pode seguir o modelo dos Estados Unidos: cheques do Governo pelos Correios. “Eles parecem atrasados, mas não são. Evitam que o dinheiro fique preso a burocracias válidas para condições normais”.

Tribuna

Guedes diz que não pode executar Orçamento de 2021 e pede ajuda

ALEXANDRO MARTELLO, G1
— BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou ontem que o Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso Nacional não pode ser executado, pois isso geraria problemas legais. Ele pediu a colaboração dos parlamentares para que o texto seja ajustado.

Guedes também voltou a defender que os acordos políticos firmados entre governo e Congresso caibam no Orçamento. Ele deu as declarações durante participação em videoconferência promovida pela Câmara de Comércio Brasil-EUA.

O Orçamento deste ano foi aprovado no fim de março e vem sendo chamado de "peça de ficção" por analistas. O texto, que ainda não foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, subestima

despesas obrigatórias para destinar mais recursos a emendas parlamentares, que são verbas para obras indicadas por deputados e senadores.

Segundo economistas, o texto do Orçamento, se mantido como aprovado pelo Congresso, coloca em risco a execução dos gastos básicos do governo até o fim do ano.

O texto acabou gerando um impasse entre o Planalto e o Congresso. Parlamentares dizem que o Ministério da Economia acompanhou a redação do Orçamento e que as verbas para emendas foram incluídas dentro de um acordo com o governo, que eles cobram que seja cumprido.

Já a equipe econômica defende o veto integral destes tópicos sob a justificativa de que, se o presidente

Tribuna

Safra baiana de grãos deve se manter estável

YURI ABREU
REPORTER

Responsável por mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, o agronegócio deve manter, em 2021, praticamente o mesmo ritmo do que foi registrado no ano de 2020, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgado ontem (8), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo menos que se refere aos grãos.

De acordo com os dados, a terceira estimativa para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas, neste ano, prevê que, em março, a produção no

estado deve chegar a 10.013.036 toneladas. Desta forma, a previsão para este ano se aproxima do recorde de 2020 (10.063.245 toneladas), ficando apenas 0,5% abaixo do resultado do ano anterior. O prognóstico de março cresceu 2,8% frente à de fevereiro, quando a estimativa era de uma safra de 9.741.386 toneladas de grãos em 2021, em todo o território baiano.

Ainda conforme o Instituto, a principal razão para esse crescimento de um mês para o outro se deu por conta das revisões positivas do milho (1ª safra) e da soja. No primeiro caso, de fevereiro para março, a previsão da safra, em 2021, cresceu

12,1% (ou 200 mil toneladas), chegando a 1.850.000 toneladas. Este número é 2,8% maior que a safra 2020 do produto (1.800.200 toneladas).

Com a área plantada permanecendo a mesma entre os dois meses (385 mil hectares), o aumento da previsão se dá por conta do crescimento no rendimento médio, que passou de 4.286 kg para 4.805 kg por hectare. Com relação à soja, o cálculo da produção apresentou crescimento de 1,2% frente ao mês anterior, de 6.450.680 de toneladas em fevereiro para 6.530.400 em março (aumento de 79.720 toneladas). Frente a 2020, o crescimento é de 7,6%. A

safra do ano passado havia sido de 6.070.000 toneladas.

De acordo com o IBGE, o maior aumento percentual apresentado, entre fevereiro e março, foi o da produção de mamona, cuja previsão cresceu 13,8%, chegando a 33 mil toneladas (4 mil a mais que no mês anterior). Por outro lado, a estimativa do feijão 1ª safra foi a única a apresentar queda no período, caindo de 115 mil para 103 mil toneladas, em uma retração de 10,5%.

Em nível nacional, a partir dessa terceira estimativa feita dentro do LSPA, a Bahia seguirá tendo, em 2021, a sétima maior produção de grãos do país, respondendo por 3,8% do total nacional.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/04/2021	



Em dia de arremate da Fiol, Governo destaca trabalho da Bahia na prospecção de negócios e viabilidade do projeto

8 abril 2021



Nesta quinta-feira (8), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) leiloou a subconcessão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) que se estende por 537 quilômetros entre as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia. O Governo da Bahia atuou ativamente para retomar a obra, de responsabilidade da União, por entender a importância do equipamento para o desenvolvimento econômico do estado.

Em decorrência desse movimento, foi possível haver o leilão do trecho da Ferrovia EF-334/BA, que aconteceu na tarde desta quinta-feira, na B3, em São Paulo, por meio online. O arremate foi feito pela Bahia Mineração (Bamin), no valor de R\$32,730 milhões.

O trecho 1 já tem mais de 80% concluído, com previsão de conclusão em 24 meses. Com o trecho 2, que chegará até Barreiras, a ferrovia funcionará como um corredor de escoamento de minérios do sudoeste baiano e da produção agrícola que vem do oeste, levando toda esta carga para o Porto Sul, uma das principais obras estruturantes realizadas pelo Governo da Bahia. Com a construção da Ponte Salvador-Itaparica, outra grande obra estruturante do estado, o acesso entre a capital e o porto terá ainda redução de 100km no trajeto.

“Mais um dia de vitória. A Fiol será uma locomotiva de desenvolvimento da Bahia e agora vai rodar, carregando minério, soja, melhorando as condições de Ilhéus à Caetité – que vai se transformar em uma grande cidade em função da mineração -, além de Barreiras, um dos principais polos do agronegócio no estado. Essa ferrovia trará ainda mais progresso”, afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

De acordo com o presidente da Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, a mineração, através da Bahia Mineração (Bamin), vai garantir a carga inicial da Fiol. “Se considerarmos as jazidas minerais já localizadas e identificadas na região de Caetité, além de todo o trabalho de prospecção que a companhia está fazendo nos 100 km no entorno dos trilhos, mais o transporte da produção do agronegócio que virá de Barreiras, vamos ver que rapidamente haverá necessidade de ampliar a sua capacidade de transporte. Além de transportar riquezas, os trilhos da ferrovia vão facilitar a implantação de internet via fibra óptica nos 30 municípios que ela cruza, levando desenvolvimento e progresso ao interior do nosso estado”, avalia.

Além da atração de empreendimentos e prospecção mineral para ampliar viabilidade da ferrovia, nos últimos anos, a Bahia atuou ainda para que o Tribunal de Contas da União (TCU) se posicionasse acerca da licitação para conclusão das obras do primeiro trecho, que estavam aguardando autorização do órgão para ser licitadas. Em 2015, uma comitiva formada pelo governador Rui Costa, secretários e representantes da sociedade civil da Bahia e Tocantins, esteve com o ministro Aroldo Cedraz, presidente do TCU que deu o aval, no ano passado, para a continuidade, após contínuo diálogo.

Porto Sul

A Fiol tem uma relação direta de dependência com o Porto Sul, localizado no distrito de Aritaguá, em Ilhéus, que está sendo constituído através de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) firmada entre o Estado da Bahia e a Bamin. A ferrovia irá transportar a produção de minérios e de grãos até o porto para que as cargas sejam distribuídas.

As obras já foram iniciadas desde novembro de 2020, com todos os protocolos de segurança para evitar contaminação da Covid-19. Essa etapa conta com a construção da ponte rodoviária sobre o Rio Almada, que terá acessos pela BA-001 e BA-262 e inclui a construção de vias, instalação de sinalização, implantação de redes elétrica e de água, entre outras ações.

O avanço físico da obra, até 30 de março de 2021, é de 18,45%. Esta primeira fase contempla as construções de todas as estruturas viárias internas que devem ser concluídas em 2022. No mês de julho está prevista o início da obra de construção da parte marítima. Atualmente, gera 400 empregos diretos e, quando alcançar o pico, outros 1.200 postos de trabalho indiretos serão gerados, tendo ainda todas as licenças ambientais necessárias para a evolução.

Para o secretário de infraestrutura do Estado, Marcus Cavalcanti, a Fiol e o Porto Sul vão proporcionar uma mudança não só para o desenvolvimento econômico do estado, mas também na infraestrutura rodoviária da Bahia. “A ferrovia é um avanço da estrutura logística não só do estado, mas do Brasil. A construção dos empreendimentos provocará alterações importantes de rodovias já existentes e a necessidade de implantação de outras. Além disso, vai reduzir o fluxo de cargas pesadas nos corredores rodoviários”.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/04/2021	



Primeiro trem do VLT do subúrbio está pronto e é apresentado na China, por videoconferência

8 abril 2021



O primeiro dos 28 trens que compõem o VLT, equipamento que vai substituir o trem do subúrbio em Salvador, está pronto e foi apresentado durante um evento virtual na manhã desta quinta-feira (8), com a presença do governador Rui Costa, do vice-governador João Leão, do secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, Nelson Pelegrino, e de representantes da empresa BYD, responsável pela construção do trem, e do governo chinês. O equipamento foi construído na sede da BYD, na China, e será o primeiro skyrail sobre o mar do mundo. O VLT do Subúrbio é fruto de uma parceria público-privada entre o Governo da Bahia e a Skyrail Bahia, empresa responsável pela implantação e operação do VLT.

Para o governador Rui Costa, a apresentação foi um momento de “profundo orgulho”. “Comemoro junto com todos vocês e com certeza como o povo da Bahia mais uma parceria com o povo chinês. Fica claro que o Brasil é um país com enorme potencial e que, com diplomacia e união entre os povos, nós podemos fazer parceria em várias áreas”.

O governador lembrou que teve a oportunidade de visitar a fábrica da BYD, na China, para viabilizar o projeto. “Após colocarmos a Bahia como segundo maior extensão de metrô do Brasil, agora damos um passo largo para a modernização do transporte, com esse veículo que vai substituir um trem da década de 40, e que não apresentava mais condições de conforto nem de velocidade”, declarou. Rui acrescentou que o novo modal é ecologicamente sustentável. “Ganham o meio ambiente e as cidades da Região Metropolitana, com um novo vetor de desenvolvimento social e inclusão, na medida em que vamos gerar renda e emprego para a população”.

Rui Costa expressou o desejo de realizar outras parcerias com empresas chinesas. “Quero destacar a nossa parceria com a Railway, chegamos a instalar câmeras com medição de temperatura nos terminais do metrô e do aeroporto, para monitorar a Covid-19. Ontem fiz uma reunião sobre o vídeo-monitoramento, tecnologia que conheci nas cidades chinesas, a serviço da segurança pública. Tivemos a assinatura do contrato e essa semana já depositamos a primeira parcela de R\$ 250 milhões para a construção da Ponte Salvador-Itaparica. Nos próximos dias teremos a licitação da Fiol, que agora finalmente terá sua conclusão junto com o Porto Sul”.

Ônibus elétricos

O governador afirmou que, ainda na sua gestão, pretende iniciar a substituição, em Salvador, da frota de ônibus movidos a diesel por ônibus elétricos. “São equipamentos modernos, que trarão conforto, modernização do modal de transporte, com um sistema tão importante quanto o metrô e o VLT, pois os ônibus elétricos alimentam esses transportes de massa com o mesmo padrão tecnológico e de conforto”.

O governador declarou sua admiração pelo avanço tecnológico e social chinês. “A China está erradicando a pobreza e a fome, um processo que avança na economia, mas que tem foco nas pessoas, na erradicação da pobreza no planeta. É

possível o Brasil acompanhar e fazer mais parcerias com a China e com outras nações. Fica aqui expressa a minha admiração e compromisso para que possamos avançar em novas parcerias”.

Para o vice-governador e secretário do Desenvolvimento Econômico, João Leão, o VLT é mais uma vitória do Governo da Bahia. “Eu fico muito feliz, isso se iniciou lá atrás, com conversações, diálogos, tivemos uma ajuda muito grande do governo chinês para a implantação do VLT, para o projeto da Ponte Salvador Itaparica. Quero lembrar que o VLT é um exemplo ao Brasil, quando dois países se juntam, querem o desenvolvimento, isso é de uma importância fundamental”.

Cidadania, emprego e renda

Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, Nelson Pelegrino, o VLT vai revolucionar a mobilidade do Subúrbio Ferroviário. “Nós temos em torno de 600 mil pessoas que vivem no Subúrbio Ferroviário, das quais cerca de 200 mil se deslocam todos os dias, principalmente em direção à região do Iguatemi ou à região central da cidade. Quem mora em Paripe, por exemplo, pode demorar até duas horas para chegar à Pituba. Essas pessoas terão a opção de fazer esse percurso em 50 minutos de forma segura e muito confortável. Hoje o metrô dá essa oportunidade a 400 mil pessoas que são deslocadas diariamente e o VLT estenderá isso aos moradores do subúrbio”.

Pelegrino destacou que devido à dificuldade e à demora do transporte, atualmente as pessoas chegam a perder empregos nas regiões centrais da cidade. “O VLT vai facilitar a vida de quem trabalha no comércio, nos setores de serviço e doméstico. Com uma tarifa apenas, será possível pegar VLT e ônibus, será uma tarifa integrada. Somente a obra do monotrilho vai gerar cerca de 2.250 empregos diretos e, na operação, mais 600 postos de trabalho, sem falar da modernização urbana. O VLT leva a mobilidade e o parque linear, que vai contar com um traçado paisagístico urbano, com ciclovia, praças, academias da saúde, proporcionando mobilidade e cidadania”.

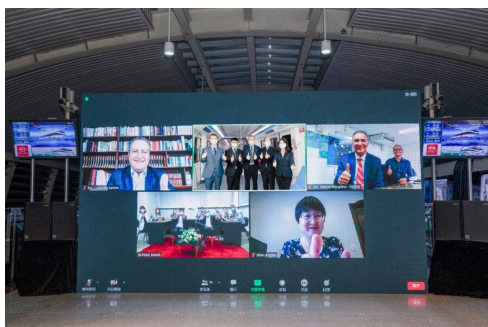


Foto: Divulgação/ BYD

Pelegrino destacou que o Governo da Bahia passou um ano providenciando as licenças, elaborando os projetos executivos e fazendo a sondagem do solo, que no subúrbio é de massapé. “Já fizemos um teste de escavação e de carga, já sabemos o ponto de estabilidade. Já paralisamos o trem do subúrbio e estamos concluindo a retirada da rede elétrica e dos trilhos, para começar o início da fundação. As formas para as vigas já foram adquiridas na Itália pela Skyrail e já estão no Brasil.

Veículo Leve de Transporte

Classificado como veículo leve de transporte do tipo monotrilho, o VLT funcionará com base em 25 paradas em duas linhas, beneficiando cerca de 600 mil pessoas que vivem na região do Subúrbio. O modal trará agilidade e conforto aos passageiros por meio de um sistema composto por carros elétricos e energia 100% limpa, desenvolvido pela Skyrail Bahia. No total, estão sendo investidos cerca de R\$ 2,5 bilhões na construção do sistema.

Repórter: Raul Rodrigues

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/04/2021	



Estado da Bahia participa de audiência de conciliação para tratar de habilitação de novos leitos de UTI para o enfrentamento da Covid-19

8 abril 2021

A pedido da ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, representantes dos Estados do Maranhão, São Paulo, Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul participaram, na tarde desta quinta-feira (8), de uma audiência de conciliação para tratar de cinco ações sobre a habilitação de novos leitos de UTI para o enfrentamento da Covid-19.

Nas ações, os estados reclamam que o Ministério da Saúde deixou, progressivamente, de pagar pela manutenção de milhares de leitos pelo país e pedem o retorno do financiamento em cada um dos seus estados.

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia protocolou sua ação no dia 18 de março solicitando a manutenção do repasse que deixou de ser feito pelo Ministério da Saúde.

A audiência, que foi realizada por videoconferência, foi conduzida pelo juiz federal Mateus de Freitas Cavalcanti Costa, convocado para atuar em auxílio no gabinete da ministra.

Na ocasião o secretário de Saúde do Estado da Bahia, Fábio Villas Boas, apresentou o cenário da Bahia, que possui hoje mais de 700 leitos sem qualquer suporte financeiro por parte da União. Também participaram da audiência os secretários de Saúde dos Estados de São Paulo, Jean Carlo Gorinchteyn, e do Maranhão, Carlos Eduardo de Oliveira Lula.

“Nossa proposta de conciliação formulada foi simples: precisamos de leitos de UTI e de suporte técnico e financeiro, nos estritos termos da decisão proferida pela Ministra Rosa Weber e referendada, unanimemente, pelo Plenário do STF. O Ministério de Saúde precisa ter a sensibilidade e a eficiência administrativa indispensáveis para esse momento. Não há tempo a perder”, afirmou o procurador Marcos Sampaio, representante da Procuradoria Geral do Estado.

Em março deste ano, a ministra, que é relatora dos processos, já havia determinado que a União analisasse imediatamente os pedidos de habilitação e restabelecesse os leitos de UTI para tratamento de Covid-19 que foram custeados pelo Ministério da Saúde até dezembro, mas reduzidos no início deste ano.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/04/2021	



Bahia recebe mais 281.400 doses de vacinas, entre Coronavac e Astrazeneca

8 abril 2021



Foto: Sesab

Mais 281.400 doses de vacinas contra a Covid-19 chegaram à Bahia nesta quinta-feira (8). Do total, 152 mil foram produzidas pela Fiocruz/Astrazeneca/Oxford e 129.400 pelo Butantan/Sinovac. Com esta carga, que chegou ao aeroporto de Salvador por volta das 9h45, o estado totaliza 3.274.950 doses recebidas, entre Coronavac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa. Este é o décimo segundo envio que chega à Bahia.

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, explica que “as vacinas serão enviadas imediatamente aos municípios, em uma operação que conta com aeronaves do Grupamento Aéreo [Graer] da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador [CMG], logo após a conferência da carga pela equipe de imunização do estado”.

As vacinas que chegaram nesta quinta-feira (8) serão enviadas, exclusivamente, aos municípios que aplicaram 85% ou mais das doses anteriores. Esta é uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é uma instância deliberativa da saúde e reúne representantes dos 417 municípios e o Estado.

Esta nova remessa dará possibilidade de que continue sendo imunizado o público-alvo da primeira fase do plano de vacinação contra Covid-19. Em definição feita em CIB, há ainda autorização para os municípios que conseguirem alcançar as metas da primeira fase, ampliarem a aplicação das doses para idosos de 60 anos ou mais. A população quilombola, pessoas com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e profissionais das forças de segurança também continuarão a ser vacinados, como ficou definido em reunião da CIB.



Foto: Sesab

Em um comparativo nacional, a Bahia está posicionada como segundo estado que vacinou o maior percentual da população. Os dados precisos, com número de pessoas vacinadas, são atualizados regularmente e podem ser encontrados no [painel de vacinação da Secretaria da Saúde do Estado](#).

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Gov Bahia	
Data: 08/04/2021	



Debate virtual discute panorama do agronegócio durante a pandemia de Covid-19

8 abril 2021



Mesmo com os efeitos da pandemia e a crise econômica que afeta todo o país, o agronegócio baiano cresceu 5,2% em 2020, colaborando para a manutenção de postos de trabalho e gerando arrecadação para o Estado. O governador Rui Costa abordou o cenário atual e o futuro do setor, nesta quinta-feira (8), durante o Fórum Superagro Brasil, que acontece de forma virtual ao longo do dia, com debates voltados ao agronegócio brasileiro. Rui foi um dos palestrantes convidados para painel ‘Os Estados de Ouro do Agronegócio do Brasil – A visão e os planos dos governadores para incentivar o setor’, que também contou com os chefes do executivo do Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná.

“A infraestrutura é um dos principais gargalos para o agronegócio do Brasil, um país de dimensões continentais. Por isso, a Bahia tem investido em logística e infraestrutura. Estamos montando a ferrovia que vai ligar a região centro oeste do país e o oeste da Bahia ao litoral com um novo porto, a Fiol, que irá reduzir de forma expressiva os custos de toda a produção do oeste e sudoeste da Bahia, melhorando o escoamento e alcançando mercados internacionais. Temos feito um investimento muito expressivo em construção e requalificação de rodovias e parcerias com produtores rurais em obras de pavimentação. Além disso, temos buscado verticalizar a cadeia produtiva, exportando não apenas produtos primários, como também o resultado do beneficiamento dessa produção para alcançar um número maior de pessoas”, afirmou o governador.

O governador também comentou a crise de reputação no meio ambiente que vive o Brasil e como ela impacta o agronegócio nacional. “Precisamos ter mais responsabilidade. Não apenas no trato direto com o meio ambiente, mas também na mensagem que passamos para o resto do mundo. Grande parte do desgaste que a economia brasileira está sofrendo é causada por declarações infelizes dadas pelo governo central que acabam comprometendo e muito a imagem internacional do país afastando a possibilidade de investimentos”.

Cenário atual

O aumento de 5,2% no PIB do agronegócio no cenário da pandemia reflete um crescimento que se dá não apenas no segmento agropecuário, mas em toda a cadeia que envolve as atividades econômicas ligadas ao campo, em realizações e necessidades variadas que passam por insumos, maquinário, distribuição e comercialização, processamento etc. Esse entendimento deixa clara a importância desses bons números diante de uma economia que, por conta do enfrentamento à Covid-19, passou por várias dificuldades.

De acordo com informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a participação do agro no Produto Interno Bruto (PIB) do estado teve um crescimento de 3,5 pontos percentuais, saltando de 20,3% em 2019 para 23,8% em 2020, uma performance recorde que movimentou R\$ 72,7 bilhões. Em 2020, houve destaque para os cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, cacau e café. Para 2021, dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) têm gerado boas expectativa quanto à produção da soja baiana, que pode alcançar 6,4 milhões de toneladas, com alta de 6,3%, em relação a 2020, o que seria um novo recorde. O mesmo estudo da CONAB indica aumento, em 2021, de 1,1% na produção total de grãos na Bahia, em relação a 2020.

Repórter: Tácio Santos

Veículo: Metro1	
Data: 08/04/21	



Bahia

Encerramento de produção da Ford causa maior tombo na indústria da Bahia desde maio de 2020, aponta IBGE

Ainda segundo o levantamento, a produção industrial registrou queda, na passagem de janeiro para fevereiro, em 10 das 15 regiões pesquisadas



Foto : Sergio Figueiredo/Divulgação

Por **Luciana Freire** no dia 08 de Abril de 2021 - 15:40

Com o fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia, a produção industrial baiana registrou em fevereiro o maior tombo desde maio de 2020. A

informação foi divulgada hoje (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o levantamento, na passagem de janeiro para fevereiro, a indústria da Bahia registrou queda de 5,8%. Já na comparação com fevereiro de 2020, o tombo foi de 20,9% – o mais intenso para a indústria baiana desde maio de 2020, quando recuou 21,4%.

Ainda segundo os dados, a produção industrial registrou queda, na passagem de janeiro para fevereiro, em 10 das 15 regiões pesquisadas. Somente Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo e Mato Grosso apresentaram crescimento.

Veículo: Bocão News	
Data: 08/04/21	



ECONOMIA E MERCADO

Bahia Mineração arremata trecho da Fiol por R\$ 32,7 milhões em leilão da ANTT



08 de Abril de 2021 às 14:54 Por: Elói

Corrêa/GOVBA Por: Redação BNews

A Bahia Mineração S/A (Bamin) arrematou o trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) por 32,730 milhões de reais, em leilão digital do Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nesta quinta-feira (8).

A extensão concedida pelo Ministério da Infraestrutura compreende 537 quilômetros entre as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia.

Pelo contrato, a Bamin, que foi a única participante do leilão, ficará responsável pela finalização do empreendimento e operação do trecho. A concessão tem validade de 35 anos.

O investimento total, segundo a pasta, será de R\$ 3,3 bilhões. Desse total, R\$ 1,6 bilhão será utilizado para a conclusão das obras, que estão com 80% de execução.

O Ministério da Infraestrutura estima que a concessão da Fiol deve gerar 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda. A expectativa é de que o trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste entre em operação em 2025.

O traçado da Fiol 1 atravessará os municípios baianos de Ilhéus, Uruçuca, Aureliano Leal, Ubaitaba, Gongogi, Itagibá, Itagi, Jequié, Manoel Vitorino, Mirante, Tanhaçu, Aracatu, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Rio do Antônio, Ibiassucê e Caetitê.

A ferrovia será o modal de transporte para cargas como minério de ferro, alimentos processados, cimento, combustíveis, soja em grão, farelo de soja, manufaturados, petroquímicos e outros minerais.

No início das operações, 16 locomotivas e 1,4 mil vagões farão a operação. Destes, 1,1 mil devem ser destinados ao escoamento de minério de ferro. Em dez anos, de acordo com o Ministério da Infraestrutura, a expectativa é chegar a 34 locomotivas 2.600 vagões.

Fiol

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste, com outros dois trechos, 2 e 3, será um corredor de escoamento com 1.527 quilômetros de trilhos, ligando o porto de Ilhéus, no sul baiano, à cidade de Figueirópolis, no Tocantins, onde se conectará com a Ferrovia Norte-Sul.

Veículo: Bocão News	
Data: 08/04/21	



ECONOMIA E MERCADO

Com fechamento da Ford em Camaçari, Bahia tem maior queda na indústria desde maio de 2020



08 de Abril de 2021 às 14:53

Por: Divulgação/Ford Por: Redação BNews

A produção industrial registrou em fevereiro a maior queda desde maio de 2020. O dado consta em balanço divulgado nesta quinta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, o recuo de janeiro para fevereiro foi de 5,8%. Já na comparação com o mesmo mês de 2020, a redução chegou a 20,9%, maior diminuição desde maio, quando foi registrado um tombo de 21,4%.

A redução brusca ocorre em meio ao fechamento da fábrica da Ford em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador. O encerramento das atividades influenciou fortemente nos números.

Este foi ainda o pior resultado regional do indicador acumulado nos dois primeiros meses do ano, também na comparação com o mesmo período do ano passado, com recuo de 18%. Já na somatória de 12 meses, a diminuição foi de 9,4%.

Veículo: G1	
Data: 09/04/21	



IPCA: inflação oficial acelera em março, chega a 6,10% em 12 meses e supera teto da meta para o ano

Taxa ficou em 0,93% em março, maior alta para o mês desde 2015. Principais impactos na inflação do mês vieram dos aumentos nos preços de combustíveis (11,23%) e do gás de botijão (4,98%).
Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira

09/04/2021 09h00 Atualizado há 3 minutos

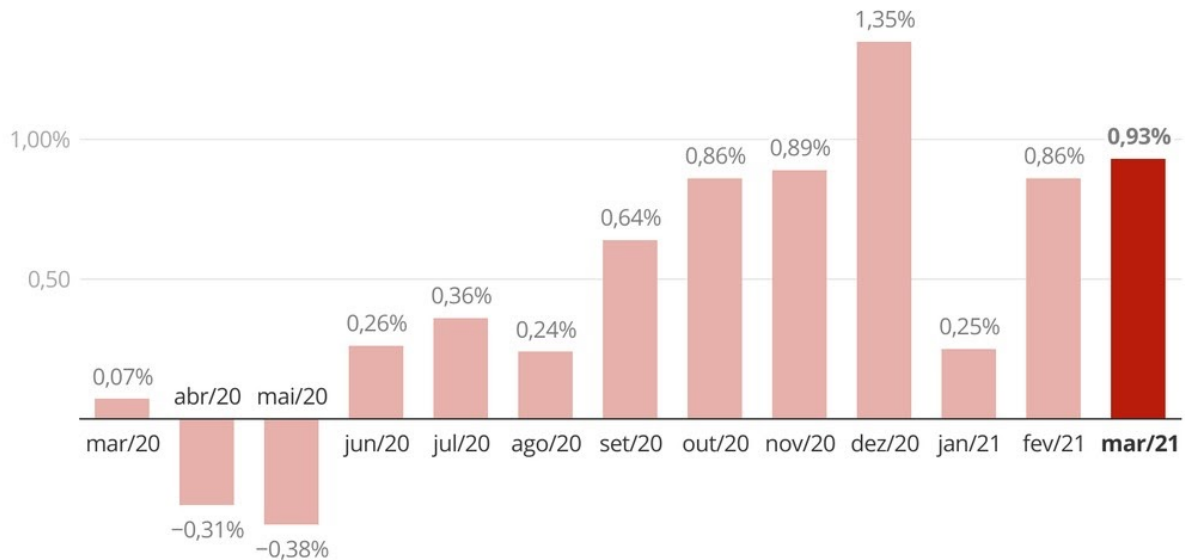
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, ficou em 0,93% em março, depois de ter subido 0,86% em fevereiro, segundo divulgou nesta sexta-feira (9) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Esse é o maior resultado para um mês de março desde 2015, quando foi registrada inflação de 1,32%", informou o IBGE.

Os principais impactos na inflação do mês vieram dos aumentos nos preços de combustíveis (11,23%) e do gás de botijão (4,98%).

IPCA - Inflação oficial mês a mês

Variação sobre o mês anterior



Fonte: IBGE

Inflação foi a maior para um mês de março desde 2015 — Foto: Economia/G1

Salto de 6,10% em 12 meses

No ano, o IPCA acumula alta de 2,05%. Em 12 meses, a inflação acumula alta de 6,10%, acima dos 5,20% observados nos 12 meses imediatamente anteriores e a maior para esse intervalo de tempo desde dezembro de 2016, quando ficou em 6,29%.

A taxa em 12 meses ficou pela primeira vez no ano acima do limite superior da meta de inflação estabelecida para este ano – o centro da meta é de 3,75%, podendo variar entre 2,25% e 5,25%.

Segundo o IBGE, a última vez que o indicador ultrapassou o teto da meta do Banco Central foi em novembro de 2016, quando ficou em 6,99%.

Naquele ano, o teto da meta era de 6,5%.

Indicador da inflação acumulada em 12 meses superou, em março, o teto da meta estabelecida pelo Banco Central — Foto: Economia/G1

Apesar de estourar o teto da meta para o ano, o IPCA veio abaixo das expectativas. Pesquisa da Reuters apontou que a projeção de analistas era de alta de 1,03% em março, acumulando em 12 meses alta de 6,20%.

O que mais pesou

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 6 tiveram avanço nos preços em fevereiro. Os Transportes tiveram a maior alta (3,81%) e o maior impacto 0,77 ponto percentual (p.p.) no índice do mês. Veja o resultado para cada um deles:

- Alimentação e bebidas: 0,13%
- **Habituação: 0,81%**
- Artigos de residência: 0,69%
- Vestuário: 0,29%
- Transportes: 3,81%
- Saúde e cuidados pessoais: -0,02%
- Despesas pessoais: 0,04%
- Educação: -0,52%
- Comunicação: -0,07%

Combustíveis, gás e energia mais caros

Segundo o IBGE, a gasolina (11,26%) foi o item que exerceu o maior impacto sobre o índice do mês, respondendo sozinha por 0,60 ponto percentual do IPCA de março, com variações que foram desde 6,32% em São Luís até 14,45% no Rio de Janeiro.

Os preços do etanol (12,59%) e do óleo diesel (9,05%) também subiram, contribuindo conjuntamente com mais 0,11 p.p. para a taxa de inflação de março.

“Foram aplicados sucessivos reajustes nos preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias entre fevereiro e março e isso acabou impactando os preços de venda para o consumidor final nas bombas. A gasolina nos postos teve alta de 11,26%, o etanol, de 12,59% e o óleo diesel, de 9,05%. O mesmo aconteceu com o gás, que teve dois reajustes nas refinarias nesse período, acumulando alta de 10,46%, e agora o consumidor percebe esse aumento”, afirmou o gerente da pesquisa, Pedro Kislanov.

O segundo maior impacto sobre o IPCA do mês veio do grupo Habitação (0,81%), principalmente devido ao gás de botijão (4,98%), que acumula alta de 20,01% nos últimos 12 meses, e da **energia elétrica (0,76%)**.

Alta nos preços de alimentos desacelera

A boa notícia para o consumidor, segundo o IBGE, foi que a inflação do grupo Alimentação e bebidas continuou em desaceleração. Em março a alta foi de 0,13%, após variações de 1,74% em dezembro, 1,02% em janeiro e de 0,27% em fevereiro.

“Os alimentos tiveram alta de 14,09% em 2020, mas, desde dezembro, apresentam uma tendência de desaceleração. Alguns fatores contribuem

para isso, como uma maior estabilidade do câmbio e a redução na demanda por conta da suspensão do auxílio emergencial nos primeiros meses do ano”, disse Kislánov.

Entre os preços que caíram em março, destaque para tomate (-14,12%), batata-inglesa (-8,81%), arroz (-2,13%) e leite longa vida (-2,27%). Por outro lado, o preço das carnes voltou a subir (0,85%), após alta de 1,72% em fevereiro.

Preços sobem em todo o país

No que diz respeito aos índices regionais, todas as áreas pesquisadas pelo IBGE registraram altas em março. A maior inflação foi verificada em Goiânia (1,46%), enquanto que o menor índice foi observado na região metropolitana do Recife (0,62%).

INPC sobe 0,86% em março

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência para reajustes salariais e benefícios previdenciários, subiu 0,86%, resultado levemente acima do de fevereiro (0,82%) e também o maior índice para um mês de março desde 2015, quando o INPC variou 1,51%. No ano, o indicador acumula alta de 1,96% e, em 12 meses, de 6,94%.

Perspectivas e meta de inflação

"Está claro que há um processo inflacionário de custos no Brasil e não há o que fazer no curto prazo, no entanto o Banco Central está querendo ancorar mais o longo prazo e para isso está jogando contra eventos importantes como a questão fiscal e a alta dos IGPs", avaliou o economista da Necton, André Perfeito.

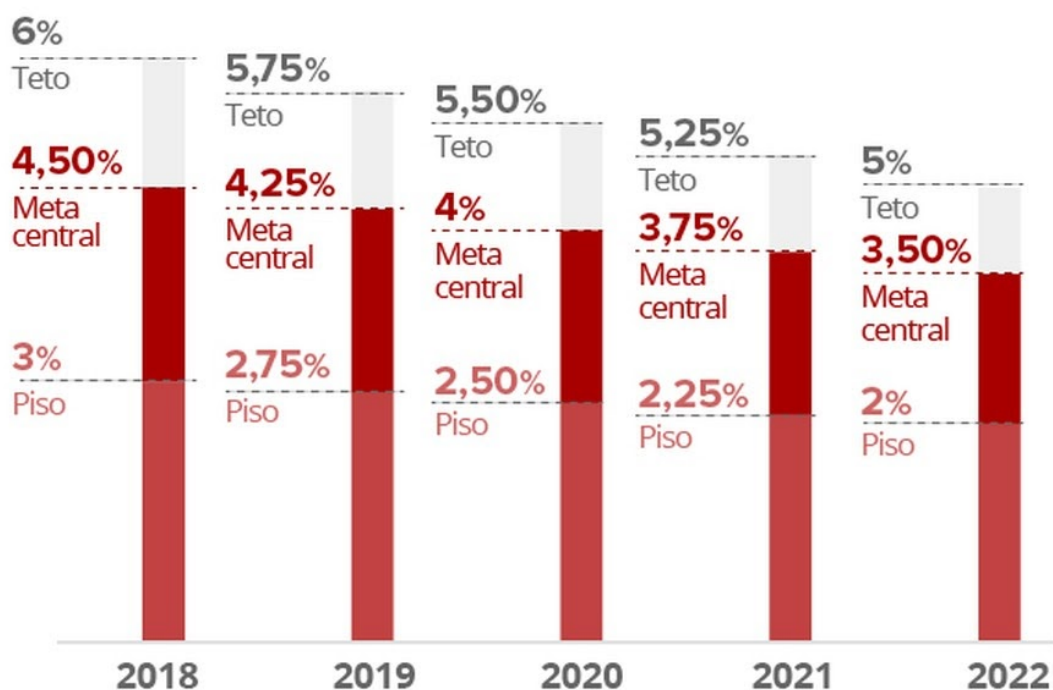
A meta central do governo para a inflação em 2021 é de 3,75%, e o intervalo de tolerância varia de 2,25% a 5,25%. Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic), que **agora está em 2,75% ao ano.**

Os **analistas das instituições financeiras projetam uma inflação de 4,81% no ano**, acima da meta central do governo, conforme aponta a última pesquisa Focus do Banco Central. O mercado mantém a expectativa para a taxa Selic em 5% ao ano, o que pressupõe novas altas do juro básico.

Em 2020, a inflação fechou em 4,52%, acima do centro da meta do governo, que era de 4%. Foi a maior inflação anual desde 2016.

Limites da inflação

Meta central sofre novo corte em 2020



FONTE: Conselho Monetário Nacional



Infográfico elaborado em: 09/01/2020

Metas para a inflação estabelecidas pelo Banco Central — Foto: Aparecido Gonçalves/Arte G1

Veículo: Bahia.BA	
Data: 09.04.2021	Caderno: Economia

Bahia recebe mais 281.400 doses de vacinas da Coronavac e Astrazeneca

“As vacinas serão enviadas imediatamente aos municípios, em uma operação que conta com aeronaves do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar”, disse o secretário Fábio Vilas-Boas

Mais 281.400 doses de vacinas contra a Covid-19 chegaram à Bahia nesta quinta-feira (8). Do total, 152 mil foram produzidas pela Fiocruz/Astrazeneca/Oxford e 129.400 pelo Butantan/Sinovac. Com esta carga, que [chegou ao aeroporto de Salvador por volta das 9h45](#), o estado totaliza 3.274.950 doses recebidas, entre Coronavac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa. Este é o décimo segundo envio que chega a Bahia.

O secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, explica que “as vacinas serão enviadas imediatamente aos municípios, em uma operação que conta com aeronaves do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador (CMG), logo após a conferência da carga pela equipe de imunização do estado”, afirma o secretário.

As vacinas que chegaram hoje serão enviadas, exclusivamente, aos municípios que aplicaram 85% ou mais das doses anteriores. Esta é uma decisão da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que é uma instância deliberativa da saúde e reúne representantes dos 417 municípios e o Estado.

Esta nova remessa dará possibilidade de que continue sendo imunizado o público alvo da primeira fase do plano de vacinação contra Covid-19. Em definição feita em CIB, há ainda autorização para os municípios que conseguirem alcançar as metas da primeira fase, ampliarem a aplicação das doses para idosos de 60 anos ou mais. A população quilombola, pessoas com doença renal crônica em tratamento de hemodiálise e profissionais das forças de segurança também continuarão a ser vacinados, como ficou definido em reunião da CIB.

Em um comparativo nacional, a Bahia está posicionada como segundo estado que vacinou o maior percentual da população. Os dados precisos, com número de pessoas vacinadas, são atualizados regularmente e podem ser encontrados no painel de vacinação da Secretaria da Saúde do Estado.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/04/2021	Caderno: Economia



Legado tributário

Paulo Roberto Ferreira*

09 de abril de 2021 | 06h15

Lançado recentemente no Brasil, o livro “Uma terra prometida” de autoria do ex-presidente norte-americano Barack Obama, traz um longo relato a respeito de detalhes e reflexões sobre seu primeiro mandato. Obama se enxerga como um reformista, um conservador em termos de visão política. No livro, ele narra as dificuldades na articulação política para levar à frente a aprovação de suas promessas de campanha, entre elas o programa de seguro saúde conhecido como “Obamacare”.

Como se pode perceber, mesmo com prestígio e popularidade em alta as dificuldades e os obstáculos são uma constante na vida política. Por aqui não é diferente. Após a dança das cadeiras nas Mesas da Câmara e do Senado Federal, o agravamento da crise causada por novas variantes do coronavírus e decisões no âmbito judicial com reflexos no meio político é preciso que a sociedade num esforço consciente expresse aos seus representantes a necessidade da deliberação dos temas urgentes como a vacinação em massa, como também dos importantes com reflexos no pós-pandemia. Um desses temas, sem dúvida alguma, trata da reconstrução do Sistema Tributário Nacional.

Com o propósito de contribuir com esse debate, o Sindifisco Nacional, entidade que representa os Auditores-Fiscais da Receita Federal, inaugurou o site Tributologia – www.reformatributaria.org – onde apresenta uma plataforma cinco eixos para uma Reforma Tributária efetiva: mais justiça, menos burocracia, mais agilidade, menos privilégios e mais fiscalização.

Mais justiça: segundo um relatório econômico publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2018, o Brasil na contramão do

que se pratica em países desenvolvidos, possui 60% da sua carga tributária baseada na tributação sobre o consumo. O cenário se agrava quando se constata uma defasagem acumulada na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, considerando os índices de inflação do país, de 113,09%. Entre as alternativas para se corrigir essas situações está a revogação da isenção sobre a distribuição de lucros e dividendos no Brasil. Dados divulgados pela própria Receita Federal, com base no crescimento do PIB entre 2018 e 2019 e no IPCA acumulado no período, mostram que a medida poderia resultar numa arrecadação superior à casa dos 50 bilhões de reais.

Menos burocracia: segundo o relatório “Doing Business 2020”, do Banco Mundial, o Brasil é o país que mais exige tempo para pagamento de tributos (em média, 1501 horas anuais), muito acima da média da OCDE (158 horas anuais) e até mesmo de países da América Latina (317 horas). Os números são assustadores. Entre as alternativas para se corrigir a situação está a proposta de unificação dos tributos sobre o consumo e a racionalização das obrigações burocráticas, como declarações e escriturações contábeis. O Governo chegou a apresentar, em julho do ano passado, o PL nº 3887/20 criando a Contribuição de Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%, substituindo o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O projeto, à época, foi muito criticado por dar a percepção de aumento da carga tributária, além de não atacar o cerne do problema que seria uma unificação mais ampla envolvendo tributos estaduais e municipais. No Congresso Nacional, as PECs 45 e 110 que receberam maior apoio entre os parlamentares, até o presente momento, também não avançaram.

Mais agilidade: a morosidade do contencioso administrativo tributário somada à possibilidade de se recorrer das decisões na justiça pode postergar a realização de um crédito tributário por décadas. Para se ter uma ideia do tamanho do abacaxi, a presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Adriana Gomes Rêgo, revelou que em abril de 2018, o conselho tinha em discussão 119 mil processos que totalizavam algo em torno de R\$ 614 bilhões em créditos tributários. Fora os valores mencionados, tramitam no judiciário um sem-número de processos bilionários, geralmente patrocinados por famosas bancas de advogados representando grandes

empresas. Somado a todas essas questões, uma recente alteração legislativa que suprimiu o voto de qualidade no CARF, contestada por meio da ADI nº 6399, segue em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Dada a relevância dos valores em questão é preciso se construir um macro-processo integrado e racional para a cobrança desses créditos.

Menos privilégios: em dezembro de 2017, a Receita Federal publicou um Estudo de Impacto dos Parcelamentos Especiais, os famosos Refis, onde demonstrou que as renúncias estimadas desde 2008 até aquele ano montavam algo em torno de 176 bilhões de reais. No final do relatório, as considerações da instituição deixam claro os reflexos negativos na arrecadação tributária em decorrência dos reiterados programas especiais de parcelamento: “A certeza do próximo programa e a consequente possibilidade de rolar a dívida é mais atrativa do que qualquer redução oferecida.” De 2008 a 2017 foram nove programas. Além deles, temos as bilionárias renúncias fiscais. A renúncia estimada pelo Governo nesse ano é de R\$ 307,9 bilhões. Dessa forma, os casos em que os benefícios não se traduzem em empregos diretos à população e servem apenas para ampliar os lucros de grandes empresas precisam ser revistos.

Mais fiscalização: para que o Estado se mantenha de pé, honre seus compromissos e devolva à população realizações em forma de políticas públicas é necessário cuidar da sua galinha dos ovos de ouro. Paradoxalmente, o que se viu recentemente por parte do próprio Executivo foram sucessivos cortes orçamentários na Receita Federal. Para se ter uma ideia, no ano passado, houve um corte da ordem de 1 bilhão de reais que representa 35,7% em relação ao valor executado no ano de 2019. Outra medida que atentou contra o órgão foi a tentativa de extinção do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), no contexto da deliberação da PEC186, no Congresso Nacional. A edição de uma Lei Orgânica e de Leis que permitam estimular os bons contribuintes resultariam numa atuação mais eficaz da administração tributária.

Em um cenário de crise sanitária, uma das maiores já vivenciadas mundialmente, surge uma oportunidade de mudança para reconstruir o nosso pacto social. A pergunta que

fica é: podemos deixar um legado de um sistema tributário mais justo e racional para a população brasileira? Sim, nós podemos!

***Paulo Roberto Ferreira é auditor-fiscal da Receita Federal e diretor do Sindifisco Nacional**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/04/2021	Caderno: Economia



Os embargos no processo que trata da exclusão do ICMS da base do PIS-Cofins

Bruno Junqueira*

09 de abril de 2021 | 09h00

No próximo dia 29 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará os embargos do processo que trata da exclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS-COFINS.

Em 2017, durante o julgamento do Tema 69 (Recurso Extraordinário 574.706), o Plenário determinou que o ICMS não iria compor a base de cálculo das duas contribuições, que são destinadas ao financiamento da seguridade social. A decisão foi fundamentada no entendimento de que o valor arrecadado a título de ICMS não pode ser considerado como receita ou faturamento, portanto, não se incorpora ao patrimônio do contribuinte. O processo, inclusive, já possui repercussão geral reconhecida.

Agora, o STF necessita julgar os embargos de declaração da Advocacia Geral da União (AGU), que solicitam a intitulada “modulação”, para que a decisão só tenha efeitos depois do julgamento do recurso. Dessa forma, também se procura afastar a possibilidade de autorização de compensações ou restituições de valores pagos anteriormente à data do julgado. No entanto, se as mesmas forem outorgadas, a AGU requer a concessão do direito de criar e estabelecer regras gerais para essas práticas.

A instituição ainda afirma que a exclusão do ICMS deve ser aplicada sobre o que é realmente pago e não sobre os valores destacados nas notas fiscais de saída. O pedido

foi pautado pela alegação de que a negativa da modulação gerará impactos financeiros e orçamentários aos cofres públicos, transferências aleatórias de riqueza social e problemas operacionais para a sua aplicação retroativa.

A exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS foi muito positiva não só para as empresas, mas também para os contribuintes. A decisão possibilitou a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos e cessou a obrigatoriedade de pagamento no presente e futuro. Essa determinação possui grande peso, pois representa a restituição de bilhões que foram cobrados pela Receita Federal na forma de um imposto inconstitucional, ou seja, um tributo impróprio e que nunca deveria ter sido cobrado do contribuinte.

Na hipótese de aprovação da modulação dos efeitos da decisão, somente as pessoas que ingressarem com ação até o dia 29 de abril, poderão resgatar tudo aquilo que foi pago a mais nos últimos 5 anos. Os contribuintes que não acionarem a justiça até essa data, perderão o direito de receber estes valores. A aceitação destes embargos pode desqualificar tudo o que foi realizado no decorrer dos últimos anos e acarretará consequências catastróficas às empresas que, apoiadas na determinação da corte, não fizeram o recolhimento e neutralizaram o indébito daquilo que categoricamente foi declarado inconstitucional.

A modulação da decisão pode abalar a credibilidade no sistema judiciário nacional, afastar o investimento estrangeiro no mercado empresarial brasileiro e incentivar a criação de leis inconstitucionais. Não é possível prever qual será o veredito do STF, pois o Fisco e a Fazenda Nacional não estão em boa situação financeira, mas decisões recentes demonstram que tribunais regionais ainda estão se posicionando de forma favorável aos contribuintes.

Um dos exemplos é a determinação da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que em um processo movido por uma empresa de equipamentos industriais, concedeu a ordem, em primeira instância, para afastar o cumprimento da Solução de Consulta Interna Cosit nº 13 e seguiu o entendimento de que todo o ICMS faturado deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins. Por fim, acredito que a

modulação é inaceitável, pois pretende alterar algo que já foi avaliado, julgado e colocado em prática em várias empresas do país.

***Bruno Junqueira, advogado e sócio do escritório BLJ – Consultoria Tributária e Empresarial**

mercado

Gastar, tributar e reformar

Podemos seguir o 'gastar e tributar' de Biden, mas aqui seria preciso controlar algumas despesas

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UNB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Volto ao Plano Biden de emprego porque várias pessoas perguntaram se seria possível fazer algo semelhante no Brasil. O assunto é complicado, mas tentarei resumir.

Em primeiro lugar, na tributação, o Brasil pode e deve implementar medidas que aumentem a arrecadação sobre grandes corporações e famílias mais ricas. Para ter uma ideia de quanto estamos atrás dos EUA, se adotássemos a estrutura de imposto sobre renda e herança do antigo governo de Trump, já seria um avanço.

O problema do Brasil é que nossa mudança tributária é ainda mais complicada do que nos EUA, pois também temos grande distorção na tributação de lucros e dividendos de pequenas empresas, além da confusão de ICMS, ISS, PIS-Cofins e IPI.

Focando só a tributação direta por limite de espaço, no Brasil, várias pessoas físicas se tornam jurídicas ("pejotinha") para pagar menos tributos — imposto de Renda e contribuição social — em contratos de prestação de serviços que se assemelham a relações de trabalho.

Os EUA também têm esse problema, mas em menor escala.

O caminho técnico para resolver a subtributação do "lucro presumido" é conhecido e foi proposto pelo governo Dilma em 2016: tributar o lucro efetivamente distribuído por "empresas sem empregados". A dificuldade é mais política. Como o atual governo perdeu a janela política da mudança, o assunto ficou para 2023.

Em segundo lugar, no gasto, o Brasil também precisa de mais investimento público em infraestrutura econômica

e social, mesmo que seja com emissão de dívida. Porém, temos menos graus de liberdade do que os EUA, pois não emitimos dólares nem pagamos juros reais negativos, como o Tesouro norte-americano.

Traduzindo do economês, a restrição fiscal é muito mais apertada aqui que nos EUA. Para não gerar grande depreciação cambial e aumento de juro, nosso eventual plano de emprego via gasto público deve ser acompanhado por medidas de elevação de receita e controle de gasto.

Sim, podemos seguir a lógica de "gastar e tributar" adotada pelos EUA, mas por aqui também é preciso controlar o crescimento de várias despesas. A versão brasileira do Plano Biden deve, portanto, "gastar, tributar e reformar".

Devido à confusão política dos últimos anos, nosso debate fiscal se polarizou em "soluções de canto", propostas que enfatizam somente elevação de receita ("tributar o andar de cima") versus propostas que enfatizam somente o corte de gastos ("quebrar o piso").

A saída do impasse virá quando conseguirmos viabilizar expansão fiscal hoje com elevação do resultado primário no futuro. Quando, no futuro? Provavelmente no horizonte de 4 a 12 anos. Como elevar o primário? Via medidas de aumento de receita e redução relativa de despesa. Qual despesa? Folha de pagamento

dos servidores, sobretudo altos salários, onde há distorções.

A engenharia política do reequilíbrio orçamentário é complicada, aqui e nos EUA. Para nossa vantagem, também temos um líder político experiente, quase da mesma idade de Biden, e ainda mais capaz de administrar conflitos... mas isso é para 2022.

A curto prazo, temos problemas mais urgentes. A crise atual justifica aumento imediato de recursos públicos para transferência de renda e saúde pública, mesmo que seja decretado novo estado de calamidade. Também precisamos de mais investimento público, para gerar empregos e elevar a produtividade da economia.

Tudo isso já era conhecido em 2020, antes do exemplo Biden, quando a oposição apresentou solução para nossos problemas. A proposta foi ignorada, e a crise aumentou.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Hélio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srouf | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

EUA apresentam plano para taxar lucro global de empresas

WASHINGTON E LONDRES | FINANCIAL TIMES Em documentos enviados aos 135 países que negociam a taxação internacional na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em Paris e obtidos pelo Financial Times, o Tesouro dos EUA apresentou um plano que se aplicaria aos lucros globais das maiores empresas, incluindo big techs americanas, independentemente de sua presença física em um determinado país.

O objetivo é catalisar as ne-

gociações na OCDE, com a promessa de um sistema fiscal internacional mais estável, que conteria a proliferação de impostos digitais nacionais e romperia o molde de evasão fiscal e transferência de lucros.

Depois de quase uma década, as negociações sobre impostos na OCDE foram divididas em duas partes.

O primeiro pilar se destina a definir um novo regime de taxação das grandes multinacionais, enquanto o segundo visa abordar a alíquota míni-

ma de imposto global, que os EUA pretendem fixar em 21%.

Um acordo na OCDE permitiria que o governo de Joe Biden aumentasse os impostos corporativos sobre companhias americanas sem medo de sofrer retaliação de outros países, porque incluía uma alíquota mínima global de imposto, aplicada amplamente.

Se o plano for aceito, outros países poderão aumentar os impostos de renda de grandes grupos tecnológicos americanos e outras multina-

cionais que operam em suas jurisdições, mas pagavam pouco imposto corporativo.

As negociações estão emperradas há anos porque os EUA objetaram ao que consideravam tentativas de outros países de implementar acordos que discriminam as multís americanas, especialmente big techs.

O governo Trump tinha insistido em um dispositivo de "porto seguro" que tornaria voluntária a aceitação por grupos tecnológicos americanos. Pou-

co após assumir o cargo, Biden abandonou essa exigência,

mas a proposta desta semana oferece uma nova solução.

O Tesouro americano apresenta agora uma fórmula diferente, em que só as companhias maiores e mais rentáveis do mundo seriam submetidas às novas regras, independentemente de seu setor,

com base em seu nível de receitas e margens de lucro. Estas provavelmente incluiriam cerca de cem companhias, entre elas grupos tecnológicos

americanos, assim como outros multís de grande porte.

As propostas também dariam a todos os países um novo direito de taxar um elemento dos lucros globais gerados pelas maiores multinacionais do mundo, com base na porcentagem de vendas em seus países. Isso visa garantir que os países possam tranquilizar suas populações de que as maiores companhias globais não poderão operar em seus países sem pagar impostos.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

FOLHA100

COLEÇÃO 100 ANOS DE FOTOGRAFIA

PELAS LENTES DA FOLHA



Um livro sobre trabalho para você apreciar no seu momento de lazer

Os engraxates conhecidos como "reis do brilho", as telefonistas responsáveis pelo teledespertador, os produtores levando garrafas de leite em carroças. Imagens de profissões que foram deixadas no passado ou que parecem dar seus suspiros finais estão nas páginas do livro Trabalho, o sétimo de dez volumes da **Coleta 100 Anos de Fotografia pelas Lentes da Folha**. E ainda há professores, médicos, pescadores, operários e maquinistas, todos eles registrados pelas lentes de profissionais tão importantes: os nossos fotógrafos.



APENAS

R\$ 24,90

CADA LIVRO + PÔSTER*

A CADA EDIÇÃO

1 livro + 1 pôster grátis para emoldurar*

Assinante

Peça já sua coleção completa, ganhe 1 livro, o frete e ainda pague em até 10x no cartão.*
Ligue 11 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades)

NESTE DOMINGO

JÁ NAS BANCAS

folha.com.br/100anosdefotografia



*PREÇO E FRETE VÁLIDOS PARA OS ESTADOS DE SP, RJ, MG E PR. PARA OUTRAS LOCALIDADES, CONSULTE FOLHA.COM.BR/100ANOSDEFOTOGRAFIA. CONFIRA AS DATAS DE ENTREGA NO SITE. PÔSTERES NÃO ACOMPANHAM MOLDURAS - CONDIÇÃO DE PARCELAMENTO VÁLIDA NO CARTÃO DE CRÉDITO

Trecho de ferrovia é concedido pelo valor mínimo

Em leilão sem concorrentes, mineradora Bamin leva Fiol 1 com oferta de R\$ 32,7 milhões. Investimentos projetados na conclusão das obras são de R\$ 3,3 bilhões e devem dinamizar região em torno de Ilhéus

JOÃO SORIMA NETO
para o GLOBO

Sem concorrentes, a Bahia Mineração S.A. (Bamin) venceu o leilão de concessão de um trecho de 537 quilômetros da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a Fiol 1, localizado entre as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia. A Bamin ofereceu o valor mínimo de outorga exigido pelo edital de concessão, que era de R\$ 32,7 milhões.

A Bamin é dona da mina Pedra de Ferro e desenvolve um projeto de terminal portuário em Ilhéus, o Porto Sul.

Para o economista Ricardo Jacomassi, sócio da consultoria TCP Partners, a baixa concorrência no leilão do trecho da Fiol 1 já era esperada. Era natural que a Bamin fosse a única interessada, disse, já que tem projetos na região:

— A surpresa seria se a Bamin não ganhasse. O trecho era muito específico. E, sem concorrência, a empresa deu o lance mínimo.

A Bamin será responsável

pela finalização das obras e a operação do trecho. Pelo menos 75% das obras estão concluídas. A construção da Fiol começou em 2010, mas foi paralisada por falta de recursos federais.

A concessão tem prazo de 35 anos. Os investimentos previstos são de R\$ 3,3 bilhões, e a expectativa é que crie 55 mil empregos, diretos e indiretos. Segundo Jacomassi, o montante desses investimentos, que vão dinamizar Ilhéus e a região, importam mais do que o valor da outorga.

O presidente da Bamin, Eduardo Ledsham, disse que os recursos para investimento e pagamento de outorga virão do caixa da empresa.

OPERAÇÃO EM 2025

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que promoveu o leilão, estima que a Fiol 1 comece a operar em 2025, transportando mais de 18 milhões de toneladas de carga, como grãos e o minério de ferro da região de Caetité.

RAIOS X DA CONCESSÃO



Ledsham afirmou que a ferrovia tem capacidade para transportar 60 milhões de toneladas/ano e que a Bamin vai usar 18 milhões. O restante, explicou, estará à disposição para outras cargas, o que

Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1)



rentabiliza o investimento: — A ferrovia possibilitará oportunidade de desenvolvimento de empresas que já estão no seu trajeto.

A Bamin é a subsidiária brasileira do Eurasian Re-

sources Group (ERG), do Caquistão, e está há 16 anos no Brasil. A ERG, presente em 15 países, atua em mineração, metais e logística.

— Além de mineração, o grupo é o maior operador de

ferrovias da Ásia Central. Estamos acompanhando a Fiol há anos — disse Ledsham.

META DE R\$ 10 BI

Foi o segundo dia da semana de leilões de concessões, a "Infra Week", promovida pelo governo federal na B3, em São Paulo. Na terça-feira, com a concessão de 22 aeroportos, o governo arrecadou R\$ 3,3 bilhões em outorgas. Os investimentos previstos são de R\$ 6,1 bilhões.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, disse que, com a Fiol 1, os investimentos contratados na semana de leilões somam R\$ 9,4 bilhões:

— A semana de leilões é um sucesso. Faltam apenas R\$ 600 milhões para batermos a meta de R\$ 10 bilhões em investimentos contratados.

Hoje haverá a concessão de portos, o que deve permitir ao governo atingir sua meta.

O governo espera que a Fiol se torne um corredor logístico para exportação de minério e grãos, após a concessão dos trechos 2 e 3.

CORRIDA CONTRA O TEMPO

NEGOCIAÇÃO

Bolsonaro entra na articulação política para resolver impasse do Orçamento



Ajustes. Os ministros Paulo Guedes e Luiz Eduardo Ramos, na reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO): equipe econômica quer o veto integral das despesas indicadas pelo relator

MANOEL VENTURA,
JÚLIA LINDNER
E FERNANDA TRISOTTO
reportagem de 600
fotos

O presidente Jair Bolsonaro decidiu entrar diretamente na articulação política para resolver o impasse gerado com a aprovação do Orçamento após desgaste entre o Congresso e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Além de reunir a equipe ministerial para debater o assunto ontem, Bolsonaro chamou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para uma conversa sobre o tema no Palácio do Planalto. A equipe de Guedes pede que Bolsonaro se envolva na negociação desde o início da crise, no fim de março.

Antes de falar com Bolsonaro, Lira conversou como presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para alinhar uma posição. Bolsonaro quer resolver o assunto ainda nesta semana, segundo fontes que participam das negocia-

ções. A tendência, dizem elas, é que o presidente opte por vetos de trechos da proposta.

Bolsonaro passou a atuar diretamente no assunto diante do desgaste de Guedes junto ao Congresso, que se intensificou nos últimos dias. A equipe do ministro quer o veto integral das despesas indicadas pelo relator da proposta orçamentária, senador Márcio Brito (MDB-AC). Enquanto Lira defende a sanção de Bolsonaro e ajustes na sequência.

A noite, a jornalista na porta do Palácio da Alvorada, o presidente disse que a situação já esteve pior e que, agora, o "céu está abrindo".

— Esteve pior há poucos dias, está melhorando, está vislumbrando, está abrindo o céu. Daqui a pouco a gente realmente chega a uma solução.

O presidente afirmou que tem conversado com líderes e com ministros como Flávia Arruda, da Secretaria de Governo, para resolver a situação.

— Agora não podemos co-

meçar a criticar e acusar ou buscar responsáveis: "Tá feio o teu Orçamento". O que tiver por ventura de excesso vamos buscar uma solução para isso.

Mais cedo, Guedes também se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na Junta de Execução Orçamentária (JEO), para discutir o assunto.

Nas últimas reuniões, Pacheco tem destacado que o Congresso já cumpriu o seu papel e cabe ao presidente da República usar a caneta para vetar os pontos necessários. Alguns congressistas ficaram incomodados com o posicionamento de Guedes sobre o Orçamento, que chegou a defender veto total, considerando que a equipe econômica acompanhou todo o processo.

O Congresso cortou gastos obrigatórios, especialmente recursos para a Previdência, para aumentar em R\$ 26,6 bilhões (para um total de R\$ 29 bilhões) as chamadas "emendas de relator", que são

obras destinadas à base aliada ao governo. O relator já aceitou cortar R\$ 10 bilhões dessas emendas, mas o valor é considerado insuficiente pela equipe econômica.

Lira ficou incomodado com a resistência de Guedes em ceder. O ministro também fez declarações públicas que indicavam problemas na relação com o Congresso, o que desgastou sua relação com Lira. A negociação travou a ponto de a permanência de Guedes no governo ser posta em dúvida nos últimos dias. O clima começou a mudar no jantar organizado por empresários em São Paulo, na quarta-feira, quando Bolsonaro prestigiou e fortaleceu Guedes.

"SOMBRA JURÍDICA"

O temor no governo é que um veto total crie uma cicatriz na relação com o Congresso que inviabilize a aprovação de propostas de interesse do Palácio do Planalto, recado que já foi passado por

lideranças aliadas. Esse dilema foi explicitado ontem por Guedes, numa videoconferência da Brazilian-American Chamber of Commerce:

— Uma saída é politicamente conveniente, mas deixa uma sombra jurídica sobre o governo. A outra solução é perfeitamente jurídica, mas politicamente inconveniente. Mas estamos trabalhando juntos para corrigir os excessos, não estamos brigando, somos parceiros.

A expectativa de interlocutores do governo é que Bolsonaro veto pontos específicos do Orçamento. Uma solução intermediária para permitir o veto de R\$ 11 bilhões a R\$ 14,5 bilhões nas emendas de relator. Nas conversas nos últimos dias, Lira tem insistido que o acordo político era estabelecer um extra de pelo menos R\$ 16,5 bilhões para emendas.

A discussão tem como pano de fundo uma cobrança cada vez maior da base aliada do governo por investimentos pú-

blicos, como forma de aquecer a economia, e por medidas para conter a crise causada pela pandemia de Covid-19.

Na disputa entre governo e Congresso, há a avaliação ainda de que a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 poderia dar mais força ao Legislativo.

MEDIDAS AOS POUCOS

Os parlamentares aliados avaliam que Guedes errou o cálculo ao prever que os efeitos da pandemia acabariam este ano, o que fez com que o governo não prorrogasse automaticamente o auxílio emergencial e medidas como o Pronampe (linha de crédito para pequenas empresas) e o benefício para manutenção de empregos.

Por isso, deputados e senadores cobraram a decretação do Estado de Calamidade Pública, viável após a aprovação da Emenda à Constituição que permitiu a volta do auxílio emergencial (limitado a R\$ 44 bilhões). Guedes tem receio de essa medida "abrir a porteira" para gastos ilimitados.

Para atender os parlamentares, Guedes quer fazer o lançamento de ações aos poucos, após a aprovação de um projeto encaminhado ao Congresso nesta semana. A proposta permite ao governo gastar com medidas emergenciais fora do teto de gastos (regra que limita o aumento das despesas da União) em 2021, sem apresentar compensação financeira.

A primeira medida deve ser a reedição do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm), que permite a redução de salário e jornada e a suspensão de contrato com compensação do governo, nos moldes da medida provisória (MP) 536.

Acionados por parlamentares, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) indicaram ao Congresso que não pretendem tomar decisão assertiva sobre o assunto e que a sanção do Orçamento não deve ser considerada um problema jurídico para o presidente da República. Ontem, o ministro Aroldo Cedraz foi indicado para cuidar do processo, após dívida inicial da área técnica.

Esse era um temor de Guedes, que via na sanção a possibilidade de o presidente ser processado por crime de responsabilidade fiscal. A própria cúpula do Legislativo avisou que o TCU é um órgão de assessoramento do Congresso e que seria malvista uma decisão contra um projeto aprovado por deputados e senadores (Colaboração Geralda Douca e Paulo Cappelli)

Crise trava a votação que viabiliza nova edição da MP 936

Projeto no Congresso busca liberar recursos para programa de redução de jornada

GERALDA DOCA E RAPHAELA RIBAS
emero@oglobo.com.br
maia@oglobo.com.br

O impasse em torno do Orçamento travou a votação do projeto enviado pelo Executivo ao Congresso, que visa abrir caminho para renovar o programa de redução de jornadas e salários e suspensão dos contratos de trabalho.

Havia expectativa de convocação da sessão do Congresso para deliberar sobre a proposta

nesta semana, mas, sem acordo, não há mais previsão de quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), marcará a votação.

Será ainda este mês, segundo uma fonte. O presidente Jair Bolsonaro tem até o dia 22 para sancionar o Orçamento. O governo depende da aprovação do projeto para reeditar a medida provisória (MP) 936 que autorizou acordos de redução de jornada e salário e

suspensão dos contratos de trabalho, com contrapartida da União para ajudar a complementar a renda.

RENOVAÇÃO DO PRONAMPE

Com o agravamento da pandemia e das medidas restritivas para conter o avanço da doença, as empresas estão com dificuldade de pagar salários e manter os empregados. Levantamento da LCA Consultores mostra que 1,44 milhão

de trabalhadores terão seus empregos garantidos até agosto em razão de terem aderido a acordos no ano passado. O período de estabilidade é contrapartida prevista na MP936. Isso reduz a perda de vagas em meio à crise, mas pode dificultar a adesão das empresas a uma nova rodada, ao menos em um primeiro momento. Ainda assim, economistas apontam o programa como crucial para preservar vagas.

O projeto que o Congresso ainda precisa apreciar altera dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a fim de permitir a execução de projetos que tenham duração específica no ano corrente. Com a modificação, não será necessária a apresentação de medida compensatória para fazer

frente a esse tipo de despesa. Ou seja, o governo não precisa indicar de onde vai tirar os recursos para custear a medida.

Além do programa de manutenção de empregos, batizado de Benefício Emergencial (BEEm), a intenção do governo é renovar a linha de crédito em condições mais facilitadas para micro e pequenas empresas (Pronampe).

Por outro lado, o Senado manteve na pauta de votação do plenário na semana que vem um projeto de autoria da Casa que recria o programa.

O relator da proposta, senador Carlos Viana (PSD-MG), disse que comunicou ao governo que fará ajustes, encurtando o período de validade do programa para quatro meses, podendo ser prorrogados por

mais quatro meses por decreto, caso o governo considere necessário. O prazo inicial era até 31 de dezembro.

Ele destacou que aguarda contribuições do Ministério da Economia para apontar a fonte de custeio. Projeções da equipe econômica apontam despesa extra de R\$ 10 bilhões.

Se aprovado pelo Senado, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados, e as ideias nele contidas poderão ser incorporadas à nova MP na forma de emendas, explicou o relator. A ideia do governo é dar preferência à MP, que entra em vigor imediatamente.

A proposta do Senado é mais ampla e renova o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, que antecipa recebíveis via maquininhas.

Minoritários querem mais voz na Petrobras

Grupo tentará, na assembleia geral de segunda, aumentar número de assentos no conselho de 11 para 13

ERUNO ROSA
brunorosa@globo.com.br

Os acionistas minoritários da Petrobras articulam propor um aumento no número de cadeiras no Conselho de Administração da estatal na próxima segunda-feira, quando ocorrerá a assembleia geral extraordinária da companhia. Segundo fontes do setor, a ideia é elevar dos atuais 11 para 13 o total de conselheiros na empresa.

O objetivo dos acionistas minoritários, como grandes fundos de investimentos nacionais e estrangeiros, é ga-

nhar voz frente ao governo dentro da estatal. Isso ocorre depois de Jair Bolsonaro demitir o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, por elevar os preços dos combustíveis, em meio a queixas dos caminhoneiros.

A decisão de ampliar o número de cadeiras caberá aos acionistas na assembleia, que vai aprovar os novos integrantes do Conselho, como o general Joaquim Silva e Luna, que vai assumir ainda a presidência da Petrobras.

Na quarta-feira, Bolsonaro voltou a criticar a política de preços da estatal, que reajus-

tou em 39% o gás para as distribuidoras. Com o temor de ingerência, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da estatal caíram 1,68% ontem, a R\$ 23,40, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) recuaram 1,25%, a R\$ 23,70.

Uma fonte do setor observou que os minoritários têm votado em massa, o que demonstra "a vontade do acionista de ser representado, o que em geral não acontece em empresas de economia mista".

Outra fonte, ligada a um fundo de investimento, ressaltou que a crise na Petrobras reforça o interesse dos minoritários

em serem mais bem representados. Segundo essa fonte, a estatal tem cerca de 700 mil investidores, e "todos querem ganhar voz neste momento".

LEI DO GÁS É SANCIONADA

Atualmente, o conselho da Petrobras tem 11 membros, dos quais sete são indicados pela União, três são representantes dos minoritários e um, dos empregados. Se permanecerem 11 assentos, a estatal poderá ter, pela primeira vez, quatro representantes dos minoritários, ficando a União com o mínimo de seis. Mas se o total de cadeiras for



Pressão. Acionistas minoritários temem ingerência do governo na estatal

para 13, os minoritários poderão empregar cinco nomes. A União ficaria com sete, pois, por lei, precisa ter maioria.

Na noite de ontem, a Petrobras informou que recebeu a indicação de José João Abdalla Filho, conhecido como Juca Abdalla, para o Conselho. Ele é diretor-presidente e acionista controlador do Banco Clás-

sico. Com o nome dele, já são cinco indicações de minoritários em busca de uma vaga.

Bolsonaro sancionou ontem o novo marco legal do gás, informou o relator da proposta na Câmara, deputado Laércio Oliveira (PP-SE). O texto sancionado ainda não foi divulgado. (Colaborou Vitor da Costa)

Governo estuda concessão de corredor Fico-Fiol

O plano seria criar um novo canal de escoamento da produção agrícola do MT, mas ainda há dúvidas sobre viabilidade

Por Taís Hirata — De São Paulo

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Ministério de Infraestrutura estuda uma nova concessão com os demais trechos da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), que poderão ser licitados em bloco com a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico). A ideia seria formar um novo corredor de escoamento do Mato Grosso até o litoral baiano, segundo o ministro Tarcísio de Freitas.

O governo licitou só o primeiro pedaço da Fiol, de Ilhéus (BA) até Caetité (BA). A via tem ainda dois outros trechos: o segundo vai de Caetité até Barreiras (BA); e o terceiro, de Barreiras até Figueirópolis (TO), onde haverá conexão com a Ferrovia Norte-Sul.

A construção do segundo tramo já está em curso - uma parte é feita pelo Exército e outra parcela será licitada. O andamento da obra vai se beneficiar do processo de renovação antecipada das concessões de ferrovias da Vale - a empresa conseguiu prorrogar seus contratos em troca de novos investimentos, e uma parcela deles serão destinados à Fiol. "A partir da entrada desses recursos, vamos ver avançando a passos mais largos", disse o ministro.

O terceiro trecho ainda não começou a ser construído. O governo quer destinar os recursos da renovação antecipada da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), da VLI, ao projeto, mas ainda não há uma definição. Como a malha passa por diversos Estados, os investimentos que serão gerados a partir da prorrogação têm sido alvo de muita

disputa. A previsão é que o processo seja concluído até o primeiro semestre de 2022.

Já a Fico, que ligará Água Boa (MT) até Mara Rosa (GO), fazendo também conexão com a Norte-Sul, deverá ser construída pela Vale, também dentro do pacote de investimentos decorrentes da renovação antecipada. A expectativa é que as obras comecem em maio, disse o ministro. No futuro, há planos para que a Fico chegue até a cidade de Lucas do Rio Verde (MT), mas essa extensão não está no escopo das obras que serão feitas pela mineradora.

Freitas afirmou que há estudos para que os trechos sejam licitados em conjunto. “Fizemos alguns ensaios de modelagem econômica para uma estruturação Fico-Fiol, e o resultado foi revelador, se mostra auspicioso, mostrou um VPL [Valor Presente Líquido] positivo. Um VPL desse nos sugere que pode ser um leilão interessante e que faz sentido.”

Caso os estudos avancem de forma positiva, o novo projeto poderia ser praticamente concluído até o fim de 2022, para que o leilão pudesse ser realizado em 2023, estima o ministro.

“Nosso objetivo é dar algumas opções ao produtor do Mato Grosso para acessar os portos e escoar sua produção, pode ser por Itaqui (MA), por Ilhéus (BA), por Santos (SP). Essa disponibilidade certamente vai impactar o custo de transporte”, disse.

No mercado, a possibilidade de um novo corredor de escoamento agrícola do Mato Grosso gera muito interesse. Alguns operadores chegaram a estudar o leilão do primeiro trecho da Fiol de olho nessa perspectiva.

No entanto, ainda há dúvidas sobre como seria a ligação Fico-Fiol. O problema é que as duas ferrovias deverão se conectar ao trecho central Ferrovia Norte-Sul, que é operado pela Rumo. Porém, a ligação não seria direta - ou seja, a carga necessariamente teria que passar por um pedaço da via operada pela Rumo, o que poderá tirar a competitividade do trajeto.

Questionado sobre a possibilidade de alterar o traçado para que a ligação entre as vias seja direta, sem necessidade de usar a malha da Rumo, o ministro explicou que essa mudança não é possível por uma limitação técnica e geográfica, já que o novo traçado - com a Fiol se conectando à Norte-Sul em uma cidade mais ao sul - esbarraria em dificuldades na topografia, o que elevaria custos e traria problemas no licenciamento ambiental do projeto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Milionária De 22 Anos De São Paulo Vazou Seu Esquema De Ganhos!

HAPPY & PROSPEROUS

Ver Mais

LINK PATROCINADO

Crianças estão largando o tablet por esse livro, veja

CADERNO MÁGICO 3D

LINK PATROCINADO

Compre na Dafiti!

R\$ 345,90

DAFITI

Compre

LINK PATROCINADO

Conjunto 02 Poltronas Opala Amarelo Suede - HOME SWEET INTERIORES

R\$ 389,40

CLODTIME

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Redonda...

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Nem sempre o ouvido é treinado para escutar

VALOR INVESTE

Empresários e banqueiros elogiam manifesto de presidencialíveis

VALOR INVESTE

Reforma administrativa pode gerar economia de R\$ 128 bi a Estados e União

Simulação da IFI considera alongamento de carreiras, redução de salário inicial e diminuição da taxa de reposição de funcionários

Por Fabio Graner — De Brasília

09/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Queda nos gastos com pessoal

Economia acumulada por ano com cada possível medida de reforma administrativa - em R\$ bilhões

	Apenas alongamento de carreiras	Apenas redução do salário inicial	Apenas redução da taxa de reposição	Alongamento + salário inicial	Alongamento + taxa de reposição	Salário inicial + taxa de reposição	Alongamento + salário inicial + taxa de reposição
2022	0	1,5	1,1	1,5	1,1	2,3	2,3
2023	0,1	3,9	3,5	3,9	3,5	6,3	6,3
2024	0,3	7,2	7,1	7,4	7,3	12,2	12,3
2025	0,6	11,6	12,1	12	12,5	20	20,3
2026	1,2	17	18,5	17,8	19,3	30	30,6
2027	2	23,8	26,8	25,2	28,1	42,6	43,5
2028	3,1	32,1	36,9	34,3	39,1	57,9	59,4
2029	4,7	41,9	49,2	45,2	52,4	76,4	78,6
2030	6,9	53,5	63,9	58,3	68,4	98,2	101,4
2031	9,6	66,9	80,9	73,6	87,2	123,6	128

Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI)

Três medidas que podem ser adotadas em um processo de reforma administrativa devem gerar em dez anos, a partir de 2022, uma economia de R\$ 128 bilhões na União e nos Estados. Só no âmbito federal, o impacto é de R\$ 57 bilhões no acumulado até 2031, de acordo com simulações feitas pela Instituição Fiscal

acumulado até 2031, de acordo com simulações feitas pela Instituição Fiscal Independente (IFI), em um estudo especial que acaba de ser concluído e foi antecipado ao **Valor**.

As iniciativas consideradas para as contas feitas são: alongamento de carreiras (dobrando o prazo entre o início e o topo remuneratório de 20 para 40 anos), redução de salário inicial nas carreiras (no caso da União a estimativa considera grosso modo recuo de R\$ 7,4 mil verificado em 2018 para R\$ 5,2 mil) e diminuição da taxa de reposição de funcionários que se aposentam ou morrem de 100% para 60%.

A IFI lembra que essas medidas não estão na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de reforma que tramita no Congresso. Mas estão previstas no cardápio de mudanças que o atual governo pretende promover nas regras para o serviço público.

“A economia advinda das medidas seria relativamente pequena no curto prazo, mas cresceria exponencialmente, podendo atingir o acumulado de R\$ 128 bilhões em dez anos (em 2031), dividida entre R\$ 57 bilhões relativos à União, e R\$ 71 bilhões relativos aos Estados”, destaca o texto produzido pelo analista da IFI, Alessandro Casalecchi.

“Este estudo não avalia o mérito do aspecto administrativo das medidas, isto é, a eficácia delas para se atingir o aumento da eficiência e da qualidade dos serviços públicos. Dado que as medidas possuem amplo impacto sobre a organização da administração pública, elas exigem análise multidimensional, levando em conta diversos outros aspectos além do fiscal, foco do presente trabalho”, completa.

Com base nessas contas, a projeção do órgão ligado ao Senado é que em 2031 a despesa com o funcionalismo civil da União, que está prevista em R\$ 116,5 bilhões para este ano, cairia a R\$ 98,8 bilhões, no cenário com as três medidas acionadas e com seus efeitos cumulativos.

Sem essas ações e apenas mantendo a política de não repor nem mesmo a inflação para os vencimentos dos servidores até 2026 (último ano da atual regra do teto de gastos), o estudo mostra que a trajetória dessa rubrica, uma das maiores do Orçamento federal e considerada gasto obrigatório, teria uma relativa estabilidade

(ligeira queda para ser preciso) no horizonte analisado.

“A mensagem geral é que, segundo as nossas simulações, a despesa com servidores estatutários sem as medidas de reforma ficaria praticamente constante. Com a reforma, esse gasto cairia para patamares mais baixos”, disse Casalecchi ao **Valor**, destacando que nenhuma das iniciativas consideradas nas contas dependeria de mudanças no texto constitucional.

“O impacto fiscal da reforma administrativa tende a ser pequeno no curto prazo, mas, dependendo de como for regulamentada, as economias poderiam ser relevantes em uma década”, acrescentou o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

O documento faz simulações também isolando cada uma das possíveis medidas de reforma. Por exemplo, só a redução de salário inicial para quem ingressar no serviço público teria um impacto acumulado de R\$ 66,9 bilhões em uma década. Só a menor taxa de reposição, R\$ 80,9 bilhões. O alongamento das carreiras é que teria menor impacto, com R\$ 9,6 bilhões no acumulado até 2031, na União e nos Estados.

Além do estudo em si, a IFI coloca um “anexo on-line” em que detalha todos os números, as projeções e as premissas utilizados, inclusive individualmente por entes da federação. É um material grande para análise dos interessados no tema e para comparação com outros estudos sobre o tema.

O documento também simulou o impacto de uma interrupção por dois anos na progressão de carreiras do setor público, iniciativa que constava da PEC Emergencial, mas foi retirada, e que também teria possibilidade de ser adotada com a PEC da reforma administrativa. A análise foi feita porque a IFI avalia que a medida teria impacto fiscal relevante, o que é corroborado pelos números.

Para fazer os cálculos, Casalecchi adotou como premissa seu acionamento em 2025, ano em que a IFI considera provável o estouro do teto de gastos. Até 2031, isso teria um impacto acumulado de R\$ 43,2 bilhões. “Note-se que, muito embora a medida fique acionada por apenas dois anos, seus efeitos são permanentes, pois após o fim de sua vigência não consideramos que os servidores receberão algum tipo de

compensação pelos anos sem progressão e promoção - por exemplo, uma progressão mais acelerada”, aponta o texto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Tchau ENEM. Oi, Facul.

UNOPAR

Inscriva-Se Já.

LINK PATROCINADO

Crianças estão largando o tablet por esse livro, veja

CADERNO MÁGICO 3D

LINK PATROCINADO

Compre na Dafiti!

R\$ 345,90

DAFITI

Compre

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia 2 PT 4 GV Verde

R\$ 650,99

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Conjunto 02 Poltronas Opala Amarelo Suede - HOME SWEET INTERIORES

R\$ 389,40

CLÓDIME

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Está começando a investir? O Ninja Investidor te dá o caminho das pedras

VALOR INVESTE

Bank of America corta preço-alvo da Ambev para R\$ 14

VALOR INVESTE

Gastos com educação crescem 50% depois das escolas se adaptarem à nova realidade de ensino

Ver comentários

Ajuste tem de ser rápido, exequível e satisfazer Congresso, diz Funchal

Secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, alerta para risco paralisa dos serviços públicos

Por Anaïs Fernandes — De São Paulo

09/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A saída para o impasse em torno do Orçamento de 2021 requer colaboração com o Legislativo na busca de uma solução exequível, mas que também satisfaça “o desejo do Congresso”, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Sem um ajuste rápido na peça orçamentária aprovada para o ano, acrescentou ele, os riscos são de “shutdown” (paralisa) dos serviços públicos e insegurança a respeito do processo de consolidação fiscal do país.

“O nosso objetivo e o do Congresso é olhar o melhor para o Brasil. A cooperação, estarmos juntos para resolver os problemas é sempre a melhor saída”, disse Funchal ontem em live do Broadcast. Ele reforçou que o Congresso “é super importante” e “soberano em relação ao Orçamento”, mas disse também que “a gente tem que fazer de uma forma que seja exequível.”

Pela “boa prática” e por “questões de segurança jurídica”, as despesas obrigatórias precisam ser recompostas, segundo Funchal. No Ministério da Economia, a avaliação, disse ele, é que o mais adequado seria um veto específico do presidente Jair Bolsonaro às emendas de relator e a recomposição e distribuição de recursos por meio de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN).

Questionado se o veto seria total ou parcial, o secretário disse que isso depende do tamanho da recomposição. “O total de volumes nessa rubrica, que é a emenda de

relator, é algo como R\$ 29 bilhões. Estamos fazendo essa conta para ver se a recomposição vai a R\$ 29 bilhões ou além”, disse ele, acrescentando que, se esse for o caso, o veto teria de ser total.

Funchal evitou falar em acordos prévios entre o Ministério da Economia e o Congresso sobre emendas parlamentares. “Desde quando o relator começou a trabalhar com a equipe dele no relatório, as equipes técnicas se encontraram para trocar informações, em termos de atualizações de parâmetros de receita, de despesas e isso é importante para recalibrar esses valores”, disse. Para ele, em um momento final do processo de composição do Orçamento, “por algum problema de coordenação, saiu de forma não exequível”.

Funchal disse, inclusive, que, sem poder bancar gastos básicos, como de sistemas ou energia, a própria execução das emendas dos parlamentares fica ameaçada. “Chegou a uma redistribuição de mais de R\$ 30 bilhões de reais, isso deixaria o nível de despesas discricionárias abaixo de R\$ 50 bilhões, bem abaixo do nível mínimo para conseguir passar o ano”, afirmou.

Antes mesmo desse remanejamento de recursos, o Ministério da Economia já havia identificado insuficiência no teto de gastos, indicando necessidade de corte de despesas, mas não se articulou para promover os ajustes. “O tempo para mandar a mensagem [modificativa do Orçamento] poderia gerar alguns cenários ruins”, explicou Funchal, citando atrasos adicionais na votação. “Agora, é sentar, ver o que cabe, qual a melhor forma de entregar isso para poder passar, virar essa página e voltar a discutir coisas que tragam avanço”, afirmou, mencionando o combate à pandemia e reformas.

Funchal reforçou ainda que a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que deve ser encaminhada na próxima semana, contará com previsão de déficit primário “padrão”, ou seja, definida, após a tentativa frustrada do governo de flexibilizar a meta fiscal para 2021.

Conteúdo Publicitário

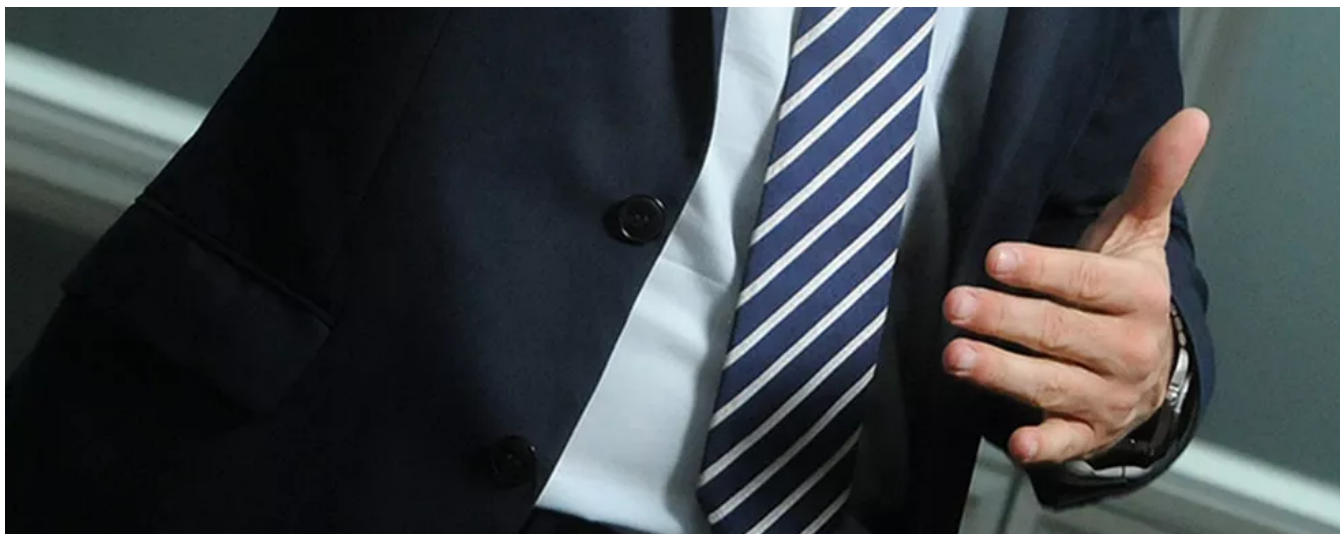
Rio vive limbo jurídico à espera de novo regime de socorro a Estados

Governo fluminense permanece no modelo antigo de ajuda graças a liminar do Supremo

Por **Rodrigo Carro** — Do Rio

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Mercês: Sem novo regime, pagamento do serviço da dívida aumentará — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A ameaça do Legislativo fluminense de suspender o leilão de concessões da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) jogou luz sobre o limbo jurídico no qual se encontra o Rio de Janeiro a partir da não renovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em setembro do ano passado. Ao mesmo tempo em que permanece no regime por força de uma decisão liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Estado pleiteia a adesão a um novo RRF.

Sancionada em 14 de janeiro, a Lei Complementar nº 178 reestrutura o regime e está prevista para ser regulamentada ainda neste mês. Enquanto isso, o governo fluminense tem de honrar os compromissos assumidos com a União no acordo de socorro financeiro original, de 2017. “Enquanto o Estado não puder solicitar a adesão ao novo RRF, o pagamento do serviço da dívida junto à União aumentará progressivamente”, explica o secretário estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Guilherme Mercês.

Para abril, está previsto o pagamento de R\$ 351,6 milhões e, em maio, de R\$ 395,3 milhões. Cálculos da Fazenda fluminense indicam que, se o pedido de adesão ao novo regime tivesse sido protocolado em janeiro, quando da publicação da LC 178, o Estado economizaria mais de R\$ 1,3 bilhão até o mês de maio.

“O que vale hoje é uma liminar [favorável ao Estado do Rio]. Você tem grande insegurança jurídica. Não sabe o que vai ser daqui a três meses”, diz o tributarista carioca Leonardo Galloti Olinto, radicado em São Paulo

Nesse contexto, a “cartada” do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), André Ceciliano (PT), que esta semana propôs decreto legislativo para travar a licitação das concessões da Cedae caso não seja regulamentada a LC 178, é vista por um ex-integrante do governo fluminense como uma forma de tentar acabar com essa indefinição. “A exclusão do regime é a morte do Rio de Janeiro”, resume a fonte, que pediu para não ter seu nome citado. “Do ponto de vista político, Ceciliano fez muito bem.”

Pela ótica jurídica, no entanto, a aprovação do decreto legislativo é uma alternativa “de eficácia duvidosa”, na análise de Olinto, sócio-proprietário do escritório Daudt, Castro e Galloti Olinto Advogados. “Se a Cedae foi dada em garantia em 2017, como uma lei posterior vai poder ‘blindar’ a companhia e impedir que ela seja leiloada?”, questiona o tributarista. Ações da estatal teriam sido dadas como contragarantia num empréstimo contraído pelo governo do Rio junto ao BNP Paribas.

O financiamento era parte do pacote de socorro financeiro montado com base na Lei Complementar nº 159, que estabeleceu em 2017 as bases do RRF em vigor. O prazo para pagamento terminou em dezembro do ano passado e a União teve que arcar com R\$ 4,5 bilhões, sem poder federalizar a Cedae devido à liminar do Supremo.

Ontem, o projeto de decreto legislativo que suspende a concessão de serviços da Cedae à iniciativa privada recebeu 12 emendas dos deputados da Alerj e foi retirado de pauta, como antecipado pelo **Valor**. A proposta, de autoria de Ceciliano, voltará para votação em plenário entre os dias 22 e 27, às vésperas do leilão, caso o Ministério da Economia não atenda a demanda do Estado do Rio de permanecer sob a proteção do RRF e permitir melhores condições de pagamento das dívidas com a União.

Pelas condições atuais, menos vantajosas do que aquelas especificadas na LC 178, o total previsto de pagamentos do Estado do Rio de Janeiro à União poderá atingir o valor de R\$ 5,6 bilhões em 2021. O Estado tem até o próximo dia 31 de maio para protocolar seu pedido de adesão ao novo RRF, mas para que isso ocorra é necessária a publicação de um decreto regulamentador pelo governo federal.

Em nota, o Ministério da Economia informou que o decreto de regulamentação da LC 178 já teve sua legalidade avaliada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). “No momento encontra-se para avaliação do SEF [Secretaria Especial de Fazenda] e do ME [Ministério da Economia], com expectativa de ir para Presidência a qualquer momento”, esclarece a nota.

Apesar do recuo do Legislativo fluminense em relação ao leilão da Cedae, a regulamentação do novo Regime de Recuperação Fiscal não significa necessariamente o fim dos atritos entre os Estados e a União no front fiscal. Isso porque, ao mesmo tempo em que flexibiliza pagamentos da dívida, a nova versão do RRF exige como contrapartida a redução da folha de pagamentos, frisa Adriano Ponciano, sócio-líder da prática de Impostos na Alvarez & Marsal. “Não só de salários nominais mas também de verbas adicionais”, destaca ele, acrescentando que esse pode ser um ponto difícil de ser cumprido pelos Estados. **(Colaborou Cristian Klein)**

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Em entrevista, Lula sugere transformar Caixa em empresa de economia mista

VALOR INVESTE

Classes C e D gastam 50% a menos com prestadores de serviços, aponta pesquisa

VALOR INVESTE

Mega-Sena acumula e próximo concurso deve pagar R\$ 8 milhões

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

IPCA aumenta 0,93% em março, mostra IBGE

Tesouro encurta dívida em momento de tensão

Com juro longo em alta, LTNs curtas e NTN-Bs ganham espaço

Por **Victor Rezende e Felipe Saturnino** — De São Paulo

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Paiva, do Credit Suisse: colchão de liquidez acumulado dá “mínimo de serenidade” para o Tesouro gerir a dívida — Foto: Divulgação

No momento em que as condições do mercado de juros têm se mostrado menos favoráveis à tomada de risco, o que afeta, em especial, os prazos mais longos, o Tesouro Nacional voltou a encurtar o perfil da dívida em suas emissões semanais de títulos públicos. Embora essa estratégia já tenha sido adotada em algumas circunstâncias no ano passado, os riscos são crescentes, já que cerca de 25% do total

da dívida mobiliária vence nos próximos 12 meses e as incertezas relativas ao Orçamento para este ano devem ser manter elevadas ao menos no curto prazo.

No leilão de prefixados de ontem, inclusive, essa estratégia voltou a se mostrar bastante evidente. O Tesouro ofertou 10 milhões de LTNs com vencimento em 2022, mas apenas 1 milhão de papéis para julho de 2024. Além disso, foram oferecidas apenas 100 mil NTN-Fs, dando sequência aos leilões menores de prefixados longos. Mesmo assim, o prêmio pedido pelo mercado por esses papéis seguiu alto.

“O Brasil tem essa característica de ter uma dívida relativamente de curto prazo. O que complica o cenário é o movimento atual, com peso para o fator político e fiscal”, afirma o estrategista de renda fixa do Credit Suisse Brasil, Luciano Paiva. Ele nota que as dificuldades relacionadas ao Orçamento deste ano e as incertezas do lado político dificultam o trabalho de planejamento da gestão da dívida pelo Tesouro. Ele, contudo, ressalta que o nível de reserva de liquidez acumulado nos últimos meses serviu como um contraponto positivo e dá “um mínimo de serenidade” para que o Tesouro trabalhe com as emissões futuras mesmo no ambiente atual mais adverso.

Além disso, Paiva observa que os ruídos fiscais e políticos provocam um segundo desafio para a gestão da dívida diante da maior volatilidade do mercado. “Em alguns dias, as taxas prefixadas de longo prazo têm oscilado em torno de 40 pontos-base [0,40 ponto percentual]. A meu ver, o Tesouro está se deparando com uma situação em que o próprio mercado tem dificuldade para identificar o nível justo para o juro de longo prazo”, avalia o estrategista.

O aumento das taxas longas pode ser visto pelo próprio comportamento das NTN-Fs. No início do ano, a taxa do papel com vencimento em janeiro de 2029 estava em 6,598% e, no fechamento de ontem, estava em 9,214%, de acordo com dados da Anbima. Apesar da alta forte dos juros de longo prazo, a demanda de estrangeiros por esse papel, que costuma atrair esse investidor não residente, tem caído de forma significativa.

“Os investidores internacionais se desfizeram de grande parte de suas posições em NTN-Fs. Embora fevereiro tenha sido relativamente calmo em termos de fluxo, janeiro e dezembro registraram saídas de R\$ 29 bilhões. O tamanho da saída parece expressivo, principalmente levando-se em consideração que, em março de 2020

[início da pandemia], os estrangeiros já tinham vendido R\$ 36 bilhões em NTN-Fs”, afirmam os estrategistas Gisela Brant, Carlos Carranza e George Christou, do J.P. Morgan.

Eles observam que os estrangeiros vêm absorvendo uma parcela importante da alta emissão recente de LTNs, que têm prazos mais curtos que os das NTN-Fs, tornando-se importantes apoiadores desse mercado nos últimos meses. “A fatia de LTNs detida por estrangeiros soma R\$ 30 bilhões, um valor elevado em termos históricos”, destacam.

Se as emissões de prefixados têm se concentrado no curto prazo, o Tesouro tem conseguido alongar um pouco o prazo médio da dívida via NTN-Bs, papéis atrelados ao IPCA. Na terça-feira, foram emitidos R\$ 11,4 bilhões em NTN-Bs e, desse montante, R\$ 4,81 bilhões foram somente em títulos para 2055, o que ajuda a elevar o prazo médio.

Paiva, do Credit Suisse, destaca que a demanda por NTN-Bs de prazo mais longo tem aumentado em um momento no qual títulos atrelados à inflação têm se mostrado mais chamativos para investidores devido a uma procura por segurança contra a inflação. “Talvez o Tesouro consiga calibrar essas emissões no momento atual”, afirma o profissional.

Uma dor de cabeça a menos para o Tesouro, na avaliação dos agentes do mercado, está no fato de que no segundo semestre de 2020 e no início deste ano o Tesouro conseguiu reforçar o seu caixa e pode passar por momentos desafiadores no mercado, como o atual, sem impor pressão adicional à curva de juros.

“Fizemos um bom dever de casa e chegamos a este ano com um colchão de liquidez bastante robusto”, afirmou, ontem, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, em “live” do “Broadcast”. Ele, inclusive, notou que os comentários do mercado são de que os riscos de rolagem da dívida estão controlados devido ao colchão ter sido reforçado. Assim, apesar de vencimentos grandes à frente - cerca de R\$ 320 bilhões no terceiro trimestre e R\$ 265 bilhões no quarto trimestre -, o colchão deve permitir uma boa passagem por esses momentos.

A estratégia do Tesouro desde o segundo semestre do ano passado, de acordo com Carlos Menezes, gestor de renda fixa da Gauss Capital, tem sido de rolar a dívida para um prazo próximo do médio, mais perto do que seria chamado um “sweet spot” - ponto ao mesmo tempo atrativo para os investidores e não tão custoso para o Tesouro como os prazos mais longos. Para ele, essa estratégia foi “bem implementada” e favoreceu a montagem de um colchão sólido e que ajudou a aliviar o prêmio nos juros ao optar por emissões mais curtas, como a de ontem.

“O Tesouro hoje pode concentrar a emissão dos títulos onde ele entende que o custo da dívida seria menor, já que não quer pagar os prêmios que estão na curva, e isso ajuda exatamente a reduzir esses prêmios”, diz Menezes. “Ele conseguiu obter o luxo do colchão ‘gordo’ e agora pode conseguir ajudar o mercado em um momento em que a dinâmica é negativa.”

Até por isso, na avaliação do gestor de renda fixa e moedas da Meraki Capital, Rodrigo Cruz, a estratégia recente do Tesouro de elevar a oferta de NTN-Bs deve ser mantida diante da elevada demanda do mercado. “Como o Tesouro não pode se dar ao luxo de não realizar leilões, as NTN-Bs foram um modo de fazer isso sem gerar grandes estragos no mercado”, argumenta.

Em um segundo momento, caso haja algum avanço na agenda de reformas, com a melhora da percepção de risco na curva de juros, o Tesouro conseguiria colocar algum papel prefixado e alongar o prazo médio, avalia o profissional da Meraki.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Montadoras devem enfrentar queda de lucratividade com alta nas vendas de carros elétricos, diz Fitch

Crescimento das vendas de veículos elétricos continua superando o dos carros convencionais, segundo a agência de classificação

Caixa espera sinal verde para pagar mais R\$ 3 bi

Dependendo das vendas de ativos, pagamentos podem ser acelerados, diz presidente do banco

Por **Talita Moreira** — De São Paulo

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A Caixa já pediu ao Tesouro Nacional autorização para devolver mais R\$ 3 bilhões em instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD) e, dependendo das vendas de ativos, pode acelerar os pagamentos, disse ao **Valor** o presidente do banco estatal, Pedro Guimarães. “O resultado não recorrente que a Caixa tiver será usado para isso, como fizemos em 2019”, afirmou.

Nos últimos dias, a Caixa anunciou acordo para vender ao BTG Pactual a participação que ainda tem no Banco Pan por R\$ 3,7 bilhões. A instituição financeira também captou R\$ 404 milhões em um fundo imobiliário.

O **Valor** apurou que o banco estuda a possibilidade de devolver mais R\$ 5 bilhões ao Tesouro após o IPO da Caixa Seguridade. Porém, Guimarães não confirmou a cifra.

O plano da Caixa é devolver quase a totalidade dos recursos em cinco anos, mas esse prazo pode cair para quatro anos a depender dos desinvestimentos. A exceção deve ficar por conta de dois instrumentos mais longos atrelados a operações estruturadas - uma delas é um financiamento de R\$ 3 bilhões à Eletronuclear com garantia do Tesouro. Por isso, o cronograma prevê que o pagamento de IHCD só deverá ser concluído em 2031.

É a mesma razão pela qual o Banco do Brasil (BB) ainda não devolveu os recursos. Nessa instituição, os títulos estão associados a operações de crédito agrícola subsidiadas que ainda estão ativas.

A Caixa já devolveu R\$ 11,35 bilhões de um total de R\$ 40 bilhões em IHCD. As operações pagas custavam 20% ao ano para o banco e as próximas na fila, também.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Negocie TESLA com uma plataforma fiável

IC MARKETS

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

Como negociar Ouro. Abra uma conta agora!

IC MARKETS

LINK PATROCINADO

Comece a Ganhar Dinheiro Com Bitcoin Sem Comprar Bitcoin

HAPPY & PROSPEROUS

Ver Mais

LINK PATROCINADO

Compre na Dafiti!

R\$ 345,90

DAFITI

LINK PATROCINADO

Conjunto 02 Poltronas Opala Amarelo Suede - HOME SWEET INTERIORES

R\$ 389,40

CLORTIME

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Pandemia acelera migração de premiações e bônus para ambiente digital

VALOR INVESTE

Venda da fatia no Pan é positiva para Caixa e BTG, diz Moody's

Guedes fala em taxa de câmbio equilibrada em cerca de R\$ 4,50

Ministro voltou a minimizar impasse sobre Orçamento

Por Mariana Ribeiro e Estevão Taiar — De Brasília e São Paulo

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a taxa de câmbio de equilíbrio deve estar em torno de R\$ 4,50 no momento e destacou que o país está avançando com a agenda de reformas e a campanha de imunização, o que deve levar à valorização do real. Ontem, o dólar fechou cotado a R\$ 5,57.

Com a aceleração da vacinação em massa e a retomada da economia nos próximos três ou quatro meses, provavelmente o dólar deve cair, disse. “Não posso prometer nada, só trabalho duro”, acrescentou em evento virtual da Brazilian-American Chamber of Commerce.

O ministro voltou a dizer que houve uma mudança do “mix” da política econômica neste governo, com fiscal mais apertado e monetário mais frouxo. O modelo agora é de taxa de juros “sólida” em um dígito e, do outro lado, dólar um pouco mais alto. No entanto, mesmo que a taxa de equilíbrio tenha subido nesse novo cenário, acrescentou, o câmbio parece ter ultrapassado esse nível.

A inflação está acelerando, mas deve ficar dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central (BC), disse ainda o ministro. Ele lembrou que a autoridade monetária começou a “apertar o ciclo” de política monetária, elevando a taxa de juros de 2% ao ano para 2,75% ao ano no mês passado.

O movimento “começou até um pouco antes do que as expectativas indicavam”, afirmou. E esse ciclo de elevação deve diminuir a trajetória dos preços, o que levará ao cumprimento da meta. O horizonte relevante para o BC inclui 2021 e, principalmente, 2022, anos para os quais as metas são de 3,75% e 3,5%, respectivamente.

Guedes voltou a minimizar os impasses entre Executivo e Legislativo sobre o Orçamento, considerado inexecutável devido à subestimação de despesas obrigatórias. “Não estamos brigando, somos parceiros e cooperamos no Orçamento”, disse. A questão, acrescentou, é como corrigir os “excessos” presentes na peça, que precisa ser sancionada até 22 de abril.

Guedes reforçou que os acordos políticos têm que caber no Orçamento e que o governo não pode concordar com algo que vai além da sua capacidade. “Houve um acordo político, a questão é como entregá-lo”, afirmou. Sem dar mais detalhes sobre a solução que está sendo desenhada, disse que a expectativa é que as negociações “terminem bem”.

O ministro repetiu também que a segunda onda de covid-19 veio “muito mais forte”, mas que, com o avanço da vacinação, a economia deve voltar “mais forte” no segundo semestre.

Com o aumento do número de casos e mortes, o governo se volta novamente ao protocolo da crise e programas como o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu a redução de jornada e salário e a suspensão de contratos, e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) estão sendo relançados, repetiu. Ele não disse, no entanto, quando isso deve acontecer nem como as iniciativas serão viabilizadas.

No campo fiscal, o governo segue com a “agenda de controlar despesas” e não há planos de elevação de impostos. As privatizações ajudarão a reduzir a dívida pública, disse, citando ainda os leilões de infraestrutura desta semana como um exemplo de que a agenda econômica “está andando”.

Crise sanitária deve exigir R\$ 70 bi, diz Pires

Economista Manoel Pires afirma que além de lidar com pandemia, governo tem como prioridade encontrar um desfecho equilibrado para Orçamento

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

09/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A situação fiscal do país não piorou tanto quanto se temia no início da pandemia e há solução para o quadro atual. É preciso que haja desfecho equilibrado ao atual imbróglio orçamentário que pode levar a estouro superior a R\$ 30 bilhões no teto de gastos e também que seja dada prioridade aos programas relacionados à pandemia. A crise sanitária deve demandar cerca de R\$ 70 bilhões de forma mais imediata. Caso se prolongue mais, os números mudam.

É o que defende o economista Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). A conta para a pandemia inclui os R\$ 44 bilhões do novo auxílio emergencial, além de restos a pagar de 2020 relacionados à crise sanitária, a renovação do BEm (programa de manutenção de empregos) e das linhas de crédito a micro e pequenos empreendedores. Ainda há indefinição, destacou ele, em relação a esses dois últimos programas. Pires - que foi entrevistado ontem na "Live do **Valor** - falou da importância de um ritmo mais acelerado de vacinação e de um lockdown promovido pelo governo para que a volta à normalidade ocorra o quanto antes.

O governo, lembra ele, enviou ao Congresso peça orçamentária para 2021 e os programas necessários para o combate à pandemia ficaram de fora. No Congresso, parte das despesas obrigatórias do Orçamento foi cortada e esse espaço foi ocupado por emendas parlamentares acordadas para a aprovação de projetos. Isso deu origem a um Orçamento que estouraria o teto de gastos em cerca de R\$ 35

bilhões, estima ele. Uma questão crucial na avaliação de Pires: se a atual conjunção política, com os novos presidentes da Câmara Federal e do Senado, manterá acordos políticos feitos até 2020.

O ideal para o Orçamento é buscar o equilíbrio, reduzindo as emendas parlamentares, tornando as estimativas de despesas obrigatórias mais realistas e abrindo espaço fiscal para os gastos mais importantes e prioritários no momento, diz o ex-secretário de Política Econômica. Para ele, se o conflito orçamentário for resolvido com uma decretação de regime fiscal especial, como possibilita a mesma emenda constitucional que instituiu o novo auxílio, muito provavelmente não se conseguirá esse equilíbrio.

O novo auxílio, com valor base de R\$ 250 mensais por quatro meses, diz ele, deve reduzir a taxa de pobreza, mas talvez não o necessário para a segunda onda de covid-19, muito agressiva; e não tanto como no ano passado, com o auxílio de R\$ 600. É difícil dizer, aponta Pires, qual seria um “valor justo”. Há no novo auxílio, lembra, uma dupla perda: a primeira, pelo valor menor, e a segunda em razão da inflação, cujas taxas têm surpreendido para cima.

Foi a preocupação “compreensível” com uma inflação mais alta, diz, que levou o Banco Central a elevar os juros recentemente. Ele acredita que a autoridade monetária poderia ir mais devagar com o aperto. A alta de 0,75 ponto percentual, diz, criou expectativa de que a contração seria muito mais forte do que a esperada e impactou a curva de juros.

“Vemos um Banco Central mais reativo na questão dos juros, tanto para descer - eles sofreram muitas críticas por descer demais e foram muito convictos e mantiveram a decisão - e agora também no sentido de subir as taxas”, avalia. “É um BC com visão de que é melhor reagir rápido e precisamos incorporar isso no nosso cenário. Essa é uma novidade.” Mas, num ambiente de incertezas, pondera, a vantagem da política monetária em relação à fiscal é que é mais fácil rever o processo se houver mudança de opinião.

A incerteza sobre o cenário econômico, diz o economista, está ligada à crise sanitária e ao que pode ser sua duração e intensidade. “O risco do Brasil é todo o resto do

mundo conseguir se vacinar mais rapidamente e se recuperar e nós ficarmos nos afogando”, diz.

Pires diz que o viés para a variação do PIB de 2021 é de baixa em relação às projeções da virada do ano. Ainda que o crescimento apontado pelo mercado, de 3,7% aconteça, diz ele, é preciso qualificar a variação. “Crescer 3,7% parece muito para um país que caiu 4%, mas isso decorre de efeito estatístico, não é crescimento ‘stricto sensu’.” Como o PIB é calculado pela média trimestral em relação à evolução do trimestre do ano anterior, explica, há um efeito base. “Esses 3,7% significam não crescer quase nada ao longo de 2021.”

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Indicado por Bolsonaro, Silva e Luna inicia trabalhos de transição na Petrobras

VALOR INVESTE

Bitcoin vive uma nova onda de valorização com investidor institucional

VALOR INVESTE

Pinterest lança plataforma de publicidade no Brasil

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Hypera projeta receita de R\$ 5,9 bilhões em 2021, acima dos R\$ 4 bilhões de 2020

Farmacêutica estima que o lucro líquido das operações continuadas fique em torno de R\$ 1,55 bi e que o Ebitda, também das operações continuadas, some R\$ 2 bi

Plano encerraria 30 anos de guerra fiscal entre os países

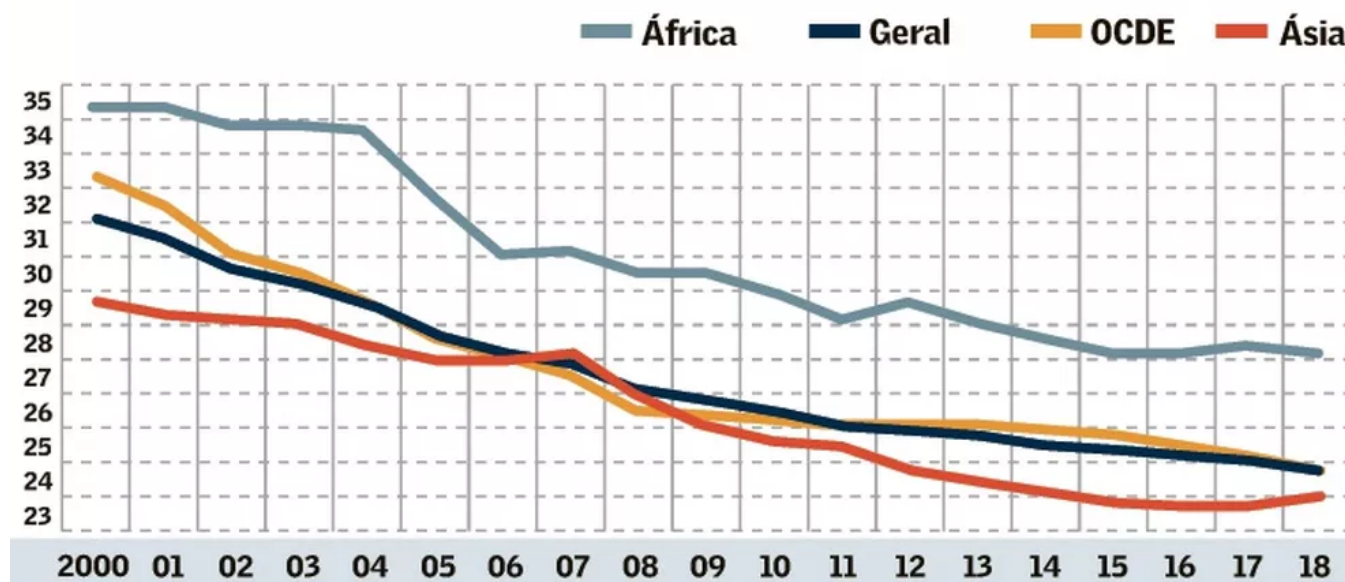
Proposta do governo de Joe Biden procura romper o impasse nas longas negociações mundiais promovidas pela OCDE, com os EUA oferecendo pela primeira vez o que representa uma grande barganha

Por Chris Giles — Financial Times, de Londres

09/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Guerra fiscal reduz imposto das empresas

Taxa média do imposto sobre empresas por região*, em %



Fonte: OCDE. *Exclui países e territórios onde o imposto é zero

Há décadas, o sistema internacional de tributação das empresas tem irritado quase todo mundo - a não ser os acionistas das maiores multinacionais e os países com baixa tributação.

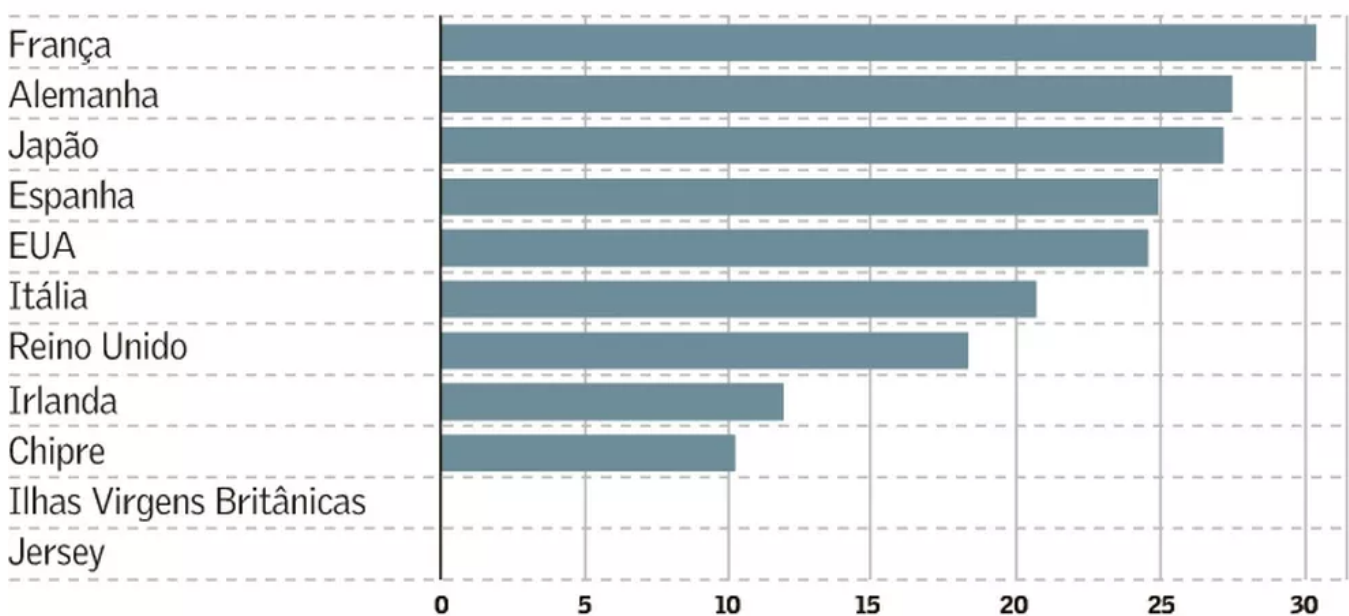
À medida que a proporção dos lucros das empresas em relação à economia mundial foi aumentando e os salários, caindo, os grandes países passaram a ter cada vez mais dificuldade para tributar esses ganhos.

Isso, enfim, pode mudar, graças às propostas apresentadas pelo governo de Joe Biden nos EUA em documento de 21 páginas enviado ontem a mais de 100 países, ao qual o “Financial Times” teve acesso a partir de diversas fontes.

A proposta procura romper o impasse nas longas negociações mundiais promovidas pelo clube das nações ricas, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), oferecendo pela primeira vez o que representa uma grande barganha.

Países que menos tributam as empresas

Alíquotas médias efetivas em 2019 (em %)



Fonte: OCDE

As principais economias avançadas do mundo teriam poder para elevar os impostos sobre pessoas jurídicas sobre as gigantes tecnológicas americanas e outras multinacionais. Em troca, seria introduzido um piso mundial para o imposto cobrado das empresas, que permitiria ao governo Biden conseguir uma arrecadação

adicional significativa das empresas com sede nos EUA para financiar seu programa de investimentos em infraestrutura.

“Desejamos acabar com a guerra de benefícios fiscais na tributação das multinacionais e estabelecer uma arquitetura tributária na qual os países trabalhem juntos rumo a uma prosperidade, inovação e crescimento mais equitativos”, destaca o documento.

Trinta anos de guerra fiscal. De acordo com dados da OCDE, a alíquota média sobre pessoas jurídicas nas economias avançadas caiu de 32%, em 2000, para pouco mais de 23%, em 2018.

Isso se deve, em grande medida, a países de economias menores, como Irlanda, Holanda e Cingapura, que atraíram empresas sem grandes amarras geográficas ao oferecer impostos mais baixos. Multinacionais com ativos cada vez mais intangíveis, como as firmas tecnológicas globalizadas, transferiram operações físicas e grandes partes de seus lucros para paraísos fiscais e países de baixa tributação, reduzindo assim sua conta global de impostos.

Mas isso fomentou uma disputa entre outros países, estimulando-os a também reduzir impostos para tentar manter as empresas operando em seus territórios.

“[Como resultado] tivemos mais de 30 anos de guerra de benefícios fiscais [e] chegou a hora de mudar essa situação”, afirmou o executivo-chefe do grupo de lobby Tax Justice Network, Alex Cobham.

Caso recebam o aval de outros países, as propostas do governo Biden representarão a maior reforma na tributação de empresas em décadas - e podem tirar de cena os paraísos fiscais.

A chave para um consenso está na novidade de que os EUA agora reconhecem que as duas partes das negociações internacionais estão interligadas - não pode haver acordo sobre uma parte sem concessões na outra.

O que importa para os EUA, em termos de política interna, é a introdução de uma alíquota global mínima no imposto sobre as empresas, como enfatizado, nesta

semana, por Biden e pela secretária do Tesouro, Janet Yellen. Isso é conhecido como o “ pilar dois ” das negociações internacionais.

Imposto sobre as vendas em cada país. A novidade veio com o reconhecimento pelos EUA das preocupações dos demais países quanto à necessidade de lidar com a falta de tributação sobre as empresas tecnológicas com sede nos EUA; esse é o “ pilar um ” das negociações mundiais. “ O pilar dois não pode ter pleno sucesso sem uma arquitetura tributária internacional estável [e] multilateral ”, reconhece o documento.

Portanto, os EUA se ofereceram para dar a todos os países o poder de tributar fatias dos lucros internacionais gerados pelas cerca de 100 maiores empresas do mundo; o valor que cada país pode arrecadar seria baseado nas vendas das empresas naquela economia.

Muitas dessas empresas têm sede nos EUA, portanto, o país teria que abrir mão de seus atuais direitos de tributação para que a sua proposta atenda as “ preocupações populares em todos os países sobre as megaempresas ”.

Em troca, os EUA esperam que os demais países desistam dos tributos digitais que propuseram de forma unilateral. Os EUA também especificaram que o novo sistema teria foco não apenas nas empresas americanas ou digitais.

Em princípio, o plano dos EUA é similar ao apresentado em 2020 pela OCDE, mas mais simples, ao abdicar de regras complicadas sobre que tipos de empresas e linhas de negócios seriam incluídas.

Algumas grandes e lucrativas empresas, como a Microsoft e a Apple, seriam mais impactadas pelo plano americano do que pelas propostas alternativas.

Será que é suficiente? Embora tenha tido poucos dias para estudar o plano americano, a OCDE reconhece que, em termos gerais, atingiria os mesmos objetivos que sua proposta e resultaria em uma arrecadação similar.

Como resultado, a proposta tem boas chances de encontrar apoio entre outros grandes países; a Itália, que neste ano preside o G-20, grupo das maiores economias do mundo, comprometeu-se a tentar conseguir um consenso preliminar no terceiro trimestre.

O governo dos EUA, no entanto, ainda teria que conseguir em seu Congresso as alterações necessárias em tratados tributários.

Por outro lado, o plano dos EUA não representa nem de perto a completa reestruturação do sistema tributário mundial, defendida por muitos ativistas.

Apenas uma pequena fatia dos lucros mundiais ficaria passível de compartilhamento e a proposta não resolveria as desigualdades que favorecem os países ricos à custa das nações em desenvolvimento, dizem os críticos.

“Os recursos da receita tributária [adicional] provavelmente ficarão extremamente concentrados nos países do norte”, disse Tommaso Faccio, da Comissão Independente para a Reforma da Tributação Internacional das Empresas (Icrit, na sigla em inglês). “Queremos que as multinacionais paguem sua parte justa, mas isso também precisa ocorrer em todos os lugares, não apenas nos EUA.”

Faccio disse já ter ouvido reclamações de “autoridades descontentes” de outros países a respeito de que o grosso da arrecadação irá para os EUA e a Europa.

Além disso, Cobham, do Tax Justice Network, disse estar preocupado com o número muito pequeno de multinacionais incluídas no plano americano. A proposta original da OCDE teria coberto cerca de 2.300 empresas.

“[O plano americano] não diz respeito a mudanças nas regras sobre como tributamos as multinacionais”, disse Cobham. “Diz respeito à tributação de algumas poucas [...] Não aborda a grande maioria [das empresas] empenhada em transferir lucros - mas uma ambiciosa alíquota global mínima poderia ser um grande avanço para eliminar os incentivos [fiscais].” **(Tradução de Sabino Ahumada)**

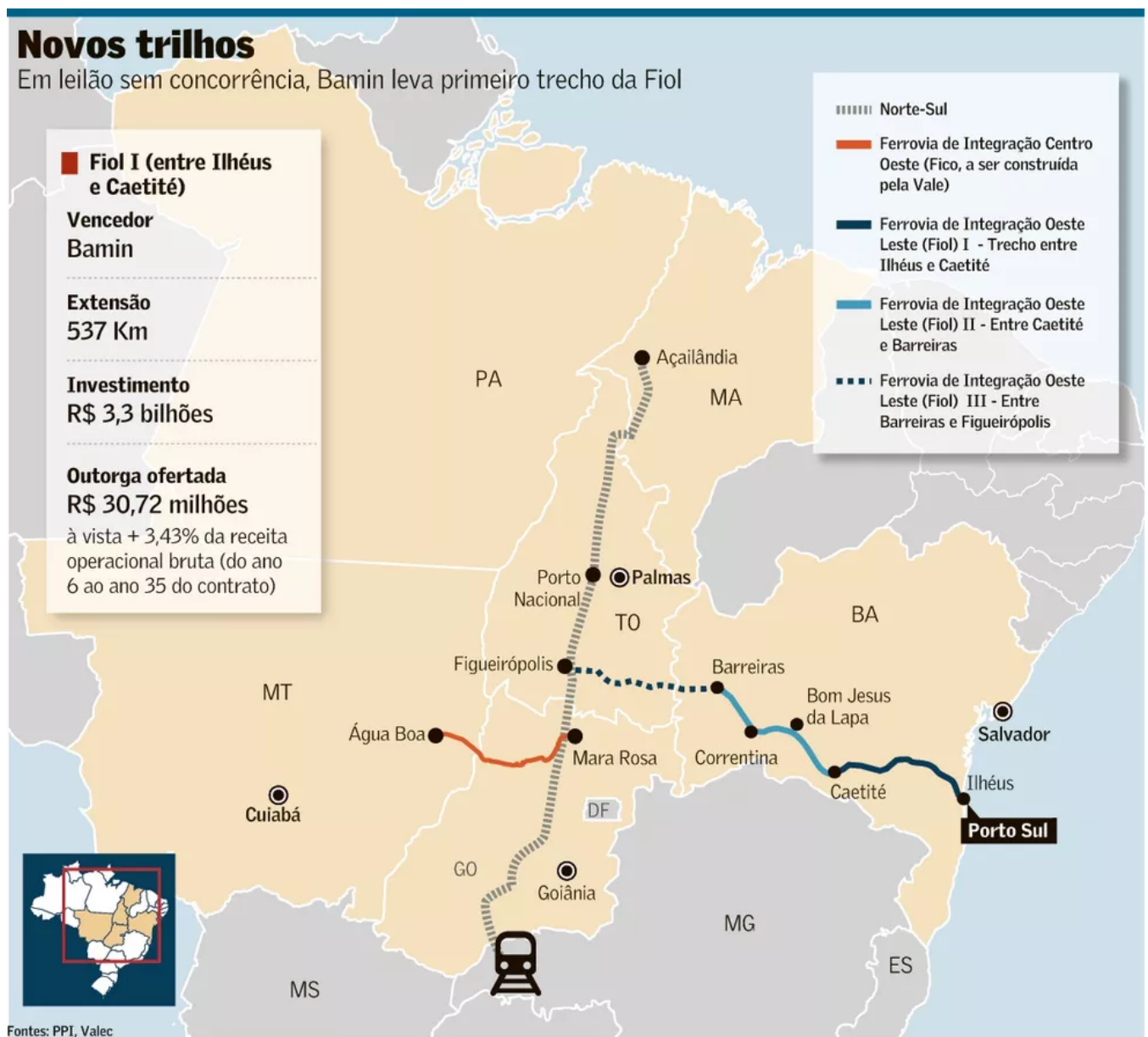
Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730

Bamin vence leilão de ferrovia e plano é investir R\$ 14 bilhões

Único interessado na malha, companhia vai implantar mina de ferro em Caetité e um terminal portuário em Ilhéus, integrados ao trecho ferroviário

Por Taís Hirata — De São Paulo

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



A Bahia Mineração (Bamin), que ontem venceu o leilão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), planeja investir um total de R\$ 14 bilhões no projeto integrado mina-ferrovia-porto no Estado da Bahia. O pacote engloba, além do trecho I da Fiol, de 537 km, uma mina de ferro, em Caetité, e um terminal portuário, em Ilhéus.

Todos os recursos sairão do bolso do acionista, o grupo Eurasian Resources Group (ERG), que tem origem no Cazaquistão. A empresa não planeja nenhum financiamento local, segundo o presidente da mineradora no Brasil, Eduardo Ledsham.

A vitória da Bamin no leilão de ontem já era esperada. A empresa foi a única interessada no ativo e arrematou o contrato com o lance mínimo de R\$ 32,7 milhões, que será pago ao governo federal. A empresa também terá que fazer pagamentos trimestrais de outorgas variáveis, equivalentes a 3,43% da receita operacional bruta da ferrovia.

O contrato, de 35 anos, prevê investimentos de R\$ 3,3 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 1,6 bilhão deverá ser destinado à conclusão da via. A obra foi iniciada pela estatal Valec há dez anos, mas até hoje não foi finalizada. A execução encontra-se em cerca de 73%.

A construção deverá ser retomada ao fim de 2022, segundo Ledsham. “Esse avanço de 73% da obra não é linear. O primeiro passo será fazer uma avaliação completa da estrutura, depois contratar a obra”, diz o presidente.

O plano é que a Fiol comece a operar até julho de 2025, juntamente com o terminal portuário que a Bamin está construindo em Ilhéus, no Porto Sul, para escoar a carga transportada na via. O terminal deverá exigir R\$ 6 bilhões em investimentos. As obras iniciais começaram em meados do ano passado.

Toda essa infraestrutura de transporte irá viabilizar a aplicação de outros R\$ 5 bilhões na mina Pedra de Ferro, que a Bamin opera em Caetité. A mina já está em operação, com produção reduzida de 1 milhão de toneladas de minério por ano. O plano é dobrar o volume em 2022, mas a capacidade total da mina - que pode chegar a 18 milhões de toneladas por ano - só virá após os investimentos, que serão feitos à medida que as obras da ferrovia e do porto também avancem.

Apesar dos ganhos econômicos, o projeto da Bamin tem sido alvo de diversos questionamentos ambientais, tanto pelo traçado da ferrovia e do porto, que atravessarão áreas de Mata Atlântica com alta preservação de biodiversidade, quanto pela mina, criticada por ter um potencial poluidor grande e por sua grande barragem de rejeitos.

Ledsham refuta as acusações, diz que todas as licenças ambientais foram recentemente renovadas por mais seis anos e que a empresa seguirá todas as exigências ambientais dos órgãos reguladores. Sobre a barragem, diz que em breve anunciará novas medidas para reforçar a segurança.

Em um primeiro momento, o minério de ferro da Bamin deverá ser a principal carga da Fiol, mas o plano é atrair outros tipos de produtos, principalmente a produção agrícola do Oeste baiano. A expectativa é que a mineração ocupe apenas 30% da capacidade final da malha.

Essa captura de novas cargas virá com a construção dos outros dois trechos da Fiol, que deverá chegar até Figueirópolis (TO) e se conectar com a Ferrovia Norte-Sul - a concessão desses novos trechos, porém, ainda não tem data para sair do papel. Além disso, o Ministério de Infraestrutura pretende pavimentar a BR-030, rodovia que vem do interior do país até Caetité, e que poderá ajudar a trazer cargas agrícolas à via.

Questionado sobre o interesse em operar os outros dois trechos da Fiol, o presidente da Bamin diz que ainda é cedo para avaliar.

Com a Fiol, a Bamin faz sua estreia no setor de ferrovias no Brasil. O executivo, porém, afirma que a empresa tem capacidade técnica para assumir a operação. “Temos nos capacitado há muitos anos, possuímos profissionais na casa com competência comprovada”, disse. O executivo também destacou que seu acionista, a ERG, já opera ferrovias na região do Cazaquistão.

A mineradora chegou a buscar parcerias com operadores, que não se concretizaram. Uma das tentativas frustradas se deu com os grupos chineses China

Communication Construction Company (CCCC) e China Railway Group (Crec), que até fizeram visitas à região.

Porém, mesmo após vencer o leilão sozinha, a Bamin não descarta a possibilidade de atrair um parceiro ao projeto, tanto da ferrovia quanto da mina. Segundo Ledsham, há inclusive negociações em curso, mas sem previsão de serem concluídas. “Temos interessados, que não podemos revelar por acordos de confidencialidade. Mas não estamos correndo atrás de acelerar o processo. Temos tempo para que as negociações amadureçam”, diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDEJÁ

LINK PATROCINADO

Compre na Dafiti!

R\$ 345,90

DAFITI

Compre

LINK PATROCINADO

Crianças estão largando o tablet por esse livro, veja

CADERNO MÁGICO 3D

LINK PATROCINADO

Conjunto 02 Poltronas Opala Amarelo Suede - HOME SWEET INTERIORES

R\$ 389,40

SHOPTIME

COMPRAR

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Redonda...

LINK PATROCINADO

Balcão Stella para Pia 2 PT 4 GV Verde

R\$ 650,99

AMERICANAS.COM

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Fiocruz confirma entrega de mais de 2,8 milhões de doses ao Ministério da Saúde

Bancos federais vão devolver ao Tesouro R\$ 199 bilhões até 2031

Cronograma segue determinação do TCU e tem BNDES como principal alvo

Por Murillo Camarotto — De Brasília

09/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

De volta ao Tesouro

Bancos anunciam cronograma de devolução de recursos - em R\$ bilhões

Banco	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2021 a 2031
■ BNDES	100*	54,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	154,2
■ Caixa	7	5	3	2,5	3	3,4	0	4,3	0	0	6,8	35
■ Banco do Brasil	0	1	1	1	1	1	1	1	1,1	0	0	8,1
■ Banco do Nordeste	0	0,167	0,167	0,167	0	0	0	0	0	0	0	0,501
■ Banco da Amazônia	0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0	0	0	0	0	1
Total por banco	107	60,567	4,367	3,867	4,2	4,6	1	5,3	1,1	0	6,8	198,80

Fonte: Ministério da Economia. * R\$ 38 bilhões já pagos

Os cinco bancos federais que receberam recursos da União por meio da emissão direta de títulos públicos se comprometeram a devolver R\$ 198,8 bilhões ao Tesouro Nacional até o final de 2031. O cronograma definido recentemente entre o governo e as instituições financeiras prevê uma concentração dos pagamentos nos próximos dois anos, sendo R\$ 107 bilhões em 2021 e R\$ 60,5 bilhões em 2022.

Em janeiro, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que as operações estavam em desconformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e solicitou a elaboração de um plano para o retorno dos recursos. Na avaliação do órgão de controle, os empréstimos, que somaram cerca de R\$ 464 bilhões entre 2008 e 2015, teriam sido feitos “à margem do mercado competitivo”.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) promete devolver R\$ 154,2 bilhões ao Tesouro até o fim do ano que vem, não restando nenhum compromisso para todos os exercícios seguintes. Já Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia vão desembolsar parcelas menores ao longo do período de dez anos.

No caso do BNDES, o cronograma prevê o retorno de R\$ 100 bilhões ao longo deste ano, dos quais R\$ 38 bilhões já foram pagos. Os R\$ 54,2 bilhões restantes foram programados para 2022, segundo uma nota conjunta do Ministério da Economia à qual o **Valor** teve acesso.

Segunda maior credora, a Caixa se comprometeu a devolver R\$ 35 bilhões referentes a cinco operações com títulos públicos realizadas entre 2007 e 2013. Para este ano, está previsto o pagamento de R\$ 7 bilhões. Ao analisar o cronograma proposto pelo banco, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) chamou a atenção para o prazo solicitado, considerado longo, e expôs divergências relacionadas às prioridades de quitação desejadas pela Caixa.

O Banco do Brasil sinalizou que pretende devolver R\$ 8,1 bilhões em oito parcelas, a serem pagas entre 2022 e 2029. O montante se refere a um contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD) assinado em 2014. Os recursos, segundo a nota, teriam sido aplicados em cerca de 13 mil operações de crédito voltadas à agricultura familiar.

Com valores de devolução menores, de R\$ 1 bilhão e R\$ 500 milhões, respectivamente, o Banco da Amazônia (Basa) e o Banco do Nordeste (BNB) sugeriram ao Tesouro um prazo mais curto. O Basa quer cinco parcelas de R\$ 200 milhões entre 2022 e 2026, e o BNB sugeriu três prestações de R\$ 167 milhões entre 2022 e 2024. Procurado, o BB informou que não iria comentar o caso.

O Banco do Nordeste, em nota, apenas confirmou o envio de “uma previsão de devolução do instrumento de dívida, desde que atendidas as condições de segurança quanto aos indicadores e requerimentos de capital”. O Basa não havia se manifestado até a conclusão desta edição.

Em todos os casos, a STN e os bancos consideraram a preservação da segurança jurídica dos empréstimos feitos pelos bancos com os recursos oriundos dos títulos. Houve, no entanto, divergências interpretativas entre os cronogramas apresentados e o entendimento do Ministério da Economia sobre as operações.

A principal envolve a Caixa. O banco quer incluir na relação de operações sujeitas à devolução um contrato assinado em 2007, no valor de R\$ 5,2 bilhões. Esse caso não consta entre os declarados irregulares pelo TCU, até porque não se tratou de emissão direta de títulos públicos, mas sim de transferência de recursos em espécie, em favor do banco.

Além de incluí-lo no cronograma, a Caixa quer colocar esse contrato no topo das prioridades para o retorno dos recursos. A STN não gostou da ideia e defendeu que os pagamentos comecem pelas operações consideradas irregulares, mas sujeitou o caso para análise do TCU. Procurada, a Caixa não respondeu.

Também há ruídos na proposta apresentada pelo BNDES. O Tesouro não gostou do pedido para que um pagamento de R\$ 13,3 bilhões seja condicionado à resolução de uma controvérsia entre o banco e a União, por meio de solução consensual na Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal ou decisão judicial.

Além da fixação de um cronograma para a devolução do dinheiro, o TCU determinou ao Tesouro que se abstinhasse de realizar qualquer nova emissão de títulos da dívida pública em favor de bancos federais, “ressalvadas as destinadas ao Banco Central do Brasil e as demais situações expressamente previstas em lei”.

Por causa dessas excepcionalidades, a STN acabou deixando de fora do cronograma algumas operações que consistiram em emissão de títulos em favor dos bancos, mas que estariam amparadas em políticas públicas que continuavam ativas quando o TCU manifestou sua decisão.

Entre esses programas, está o Proex Equalização, que dá subsídios a exportadores para tornar os encargos financeiros compatíveis com os praticados no mercado internacional. A situação também enquadra o Fundo de Compensação de Variações Salariais, voltado a garantir o limite de prazo para amortização da dívida dos mutuários decorrentes de financiamentos habitacionais.

Para esses casos, a STN manifestou uma interpretação preliminar de que estariam enquadrados como exceções e, portanto, poderiam ficar de fora do cronograma apresentado. Procurado, o Tesouro informou que não iria comentar o relatório.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Ações de e-commerce sobem, reagindo à notícia de compras durante a pandemia

VALOR INVESTE

IRB fala em 'novo ciclo' após fim de fiscalização da Susep

VALOR INVESTE

Safra eleva preço-alvo da ação da Telefônica para R\$ 58 e recomenda compra do papel

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

General Motors vai interromper produção em diversas fábricas por falta de chips

Fabricantes de automóveis estão lutando contra a escassez de chips semicondutores, que vão para módulos de software usados para controlar o carro, desde freios a telas sensíveis ao toque do painel

Biden propôs acordo que taxa 'big techs' e elimina paraíso fiscal

O governo americano propõe um novo modelo de repartição do lucro das múltis, de forma que as "big techs" como Apple, Amazon, Facebook, não poderão escapar de pagar tributo nos mercados onde realizam negócios mesmo sem ter uma presença física local

Por Assis Moreira — De Genebra

09/04/2021 05h00 · Atualizado há uma hora

O presidente dos EUA, Joe **Biden**, ofereceu um grande barganha aos parceiros para alcançar um novo **acordo global de taxação das multinacionais**, e com isso obter receita para pagar seu ambicioso projeto de infraestrutura, de US\$ 2,3 trilhões.

O governo americano propõe um **novo modelo de repartição do lucro das múltis**, de forma que as "big techs", como Apple, Amazon, Facebook, não poderão escapar de pagar tributo nos mercados onde realizam seus negócios mesmo sem ter uma presença física local.

Governo Biden quer uma taxa mínima global para financiar seu pacote de infraestrutura de US\$ 2,3 trilhões

Fazendo isso, os EUA esperam convencer sobretudo os europeus a aceitar uma imposto de renda mínimo global para empresas. Para Washington, essa é uma espécie de segurança para limitar a guerra fiscal entre os países e não afetar empresas americanas que serão submetidas a taxaçaõ interna maior pelos planos de Biden.

“A posição americana é agora radicalmente diferente e ambicioso”, afirmou um participante das negociações que ocorrem na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Economico (OCDE), depois que a proposta americana circulou entre os países.

- **Leia também:**
- **Plano de gastos de Biden é uma aposta de risco para o futuro dos EUA**
- **Plano encerraria 30 anos de guerra fiscal entre os países**

O governo Biden está bastante focado na criação da taxa mínima global para as múltis. Mas sabe que todo mundo quer taxar Google e outros gigantes tecnológicos, por exemplo. Até recentemente, os EUA rejeitavam isso, reclamando de discriminação contra as suas empresas.

Com a mudança de postura, Washington propõe não a criação de nova receita, mas uma nova repartição dos lucros entre os países onde essas companhias implantaram suas sedes e aqueles onde elas têm seus mercados e obtêm o faturamento e lucro.

A nova fórmula se aplicaria apenas sobre as 100 maiores companhias, que são também as mais lucrativas. Alcança desde as maiores firmas tecnológicas americanas, como outros gigantes multinacionais. Em comparação, alguns países têm defendido na negociação que essa regra deveria atingir mais de 2.000 múltis.

“A negociação deve ser vista como um todo, com os dois pilares, o primeiro com a repartição do lucro e o segundo com a taxa mínima”, nota um negociador.

A OCDE calcula que a mudança de regras no “ pilar 1 ” - compartilhar “ a torta ”, como é chamado o lucro de grandes múltis pelos negociadores - poderia levar à redistribuição de cerca de US\$ 100 bilhões de impostos existentes anualmente.

No “ pilar 2 ” (imposto mínimo global), se for fixado em 12,5%, poderia arrecadar US\$ 100 bilhões de novos impostos anuais. Com uma alíquota maior, como querem os EUA, a arrecadação será maior.

A negociação na OCDE, que reúne quase 140 países, visa dar estabilidade ao sistema tributário internacional e frear a proliferação de brechas legais utilizadas por multinacionais para transferir lucros para jurisdições onde a taxa é baixa ou inexistente.

O governo Biden constata que, das 10 principais jurisdições para o lucro de múltis americanas em 2018, sete eram paraísos fiscais. Bermuda, com só 64 mil habitantes, registrou 10% de todo o lucro no exterior declarado por companhias americanas.

Apesar de a negociação na OCDE usar uma alíquota de 12,5% para o imposto de renda mínimo, para análise de impacto econômico, nenhum nível foi fixado até agora, pois não estava certo se os EUA realmente aceitariam o mecanismo ou não. O governo de Donald Trump tentou corrigir ligeiramente a erosão fiscal, aplicando taxa de 10,5% sobre o lucro offshore atribuído a intangíveis e propriedade intelectual das múltis.

Mas não será fácil obter um consenso dentro da Europa sobre o pilar de taxa global mínima para as múltis. Os EUA defendem uma taxa mínima de 21%. Mas a Hungria tem tributação de 9%. A Irlanda, de 12,5%, mas por um bom tempo era muito menor na prática. A Irlanda fez do imposto baixo o centro de sua política econômica por décadas. É sede europeia de um grande número de multinacionais americanas, que transferem para lá parte dos lucros na região. Uma montagem permitia às empresas pagar no máximo 1% sobre os lucros. As transações na Europa eram registradas na Irlanda, mas o dinheiro era rapidamente transferido para paraísos fiscais ainda mais generosos. Esse esquema oficialmente acabou.

Com um novo acordo global, os EUA e os outros países vão jogar pesado com as múltis que mantêm boa parte dos lucros offshore. Se o acordo global estabelecer taxa mínima de 15%, por exemplo, o fisco dos EUA poderá indagar à Apple Bermuda quanto pagou nesse país. Se pagou 2%, o fisco americano cobrará então a diferença para chegar aos 15% da taxa mínima global.

Bermuda ou qualquer outro país não será obrigado a mudar a taxa nacional. Se Apple Bermuda tiver atividade totalmente local, e o governo não quiser cobrar

imposto, não tem problema. Mas não poderá ser local para esconder os lucros de múltis.

Assim, os perdedores de um futuro acordo serão países e jurisdições que atualmente atraem múltis com ofertas de baixa ou nenhuma tributação, como paraísos fiscais no Caribe, Cingapura, Suíça, Irlanda, Luxemburgo.

Vários detalhes continuam em negociação. Por exemplo, se a Alibaba chinesa vendeu um produto em Ruanda, terá de pagar imposto em Ruanda. Mas como isso vai funcionar? A empresa chinesa precisará ter uma pessoa jurídica estabelecida em Ruanda? Ou enviará o dinheiro a partir da China? Nesse caso, quem vai controlar isso? A resposta de para isso virá com a barganha proposta pelos EUA. Haverá uma fórmula negociada entre os países, dividindo a taxaçoão do lucro de múltis.

De acordo com o governo Biden, a taxaçoão média sobre as empresas nos países da OCDE era de 32,2% em 2000 e estava em 23,3% em 2020. Quando os países competem entre si para atrair atividades e lucros por meio da reduçoão de tributos, o resultado é que é difícil obter receita suficiente para suportar os gastos públicos necessários, nota o governo democrata.

A situação financeira dos governos piorou com a pandemia de covid-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que as medidas fiscais adotadas pelos países do G-20 desde o surgimento do novo coronavírus alcançaram US\$ 12,7 trilhões, sem contar o plano de investimento de US\$ 2,2 trilhões anunciados por Biden nos EUA. Será preciso financiar tudo isso.

Com os orçamentos públicos limitados, a Câmara de Comércio Internacional (ICC, na sigla em inglês) vê “risco claro de que os governos adotem medidas fiscais unilaterais que provavelmente esfriarão os próprios investimentos e empreendimentos transfronteiriços necessários para conduzir uma recuperação pós-pandemia”.

Nesse cenário, os ministros de Finanças do G-20, que reúne as maiores economias do mundo, concordaram nesta semana em tentar concluir até julho o acordo para modernizar o sistema tributário global. Mas a meta é considerada muito ambiciosa por vários negociadores. O Congresso dos EUA também precisa votar o projeto de

infraestrutura. E a parte de tributação é considerado “mega complicado” e vai tomar tempo. Continuará difícil negociar com os parceiros mundiais ao mesmo tempo.

Algumas fontes já mencionam outubro como o mês com mais chances para que seja concluído o acordo global.

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Classes C e D gastam 50% a menos com prestadores de serviços, aponta pesquisa

VALOR INVESTE

Mega-Sena pode pagar R\$ 6 milhões neste sábado

VALOR INVESTE

'Pod isso, Meninas?' desta segunda discute a busca pela perfeição

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Alemanha: Exportações crescem 0,9% em fevereiro ante janeiro, apesar de restrições

Avanço veio levemente acima das projeções de economistas

09/04/2021 09:08 — Em Mundo

General Motors vai interromper produção em diversas fábricas por falta de chips

Fabricantes de automóveis estão lutando contra a escassez de chips semicondutores, que vão para módulos de software usados para controlar o carro, desde freios a telas sensíveis ao toque do painel

Yellen pede mais gastos fiscais

09/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



— Foto: Carolyn Kaster/AP

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, alertou ontem que as principais economias globais precisam injetar novo apoio fiscal significativo para garantir uma recuperação robusta da crise causada pela pandemia de covid-19. “O trabalho ainda não está concluído, considerando a elevada incerteza e o risco de cicatrizes permanentes”, afirmou em encontro virtual do Banco Mundial e do FMI. Para financiar gastos fiscais ambiciosos o suficiente para garantir uma recuperação inclusiva, Yellen tem destacado a proposta do presidente Biden de um imposto mínimo global sobre as grandes multinacionais. A secretária do Tesouro defende o fim da guerra fiscal global e uma repartição justa dos impostos cobrados das empresas. Isso elevaria a arrecadação e daria aos governos mais espaço para medidas fiscais de apoio à economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.

SAÚDEJÁ

LINK PATROCINADO

Crianças estão largando o tablet por esse livro, veja

CADERNO MÁGICO 3D

LINK PATROCINADO

O segredo das blogueiras para ter o “bocão” mas sem procedimentos arriscados

HONEYPUMP

LINK PATROCINADO

Compre na Dafiti!

R\$ 345,90

DAFITI

Compre

LINK PATROCINADO

Conjunto 02 Poltronas Opala Amarelo Suede - HOME SWEET INTERIORES

R\$ 389,40

SHORTIME

LINK PATROCINADO

Mesa de Jantar Redonda...

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Busca por solução para orçamento de 2021 e emprego em alta nos EUA marcam volta do feriado